



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
FACULDADE DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE GRADUAÇÃO EM BIBLIOTECONOMIA

MARINA VAZ SANTOS VALADARES

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO:
um estudo comparativo entre os códigos AACR2 e RDA

MARINA VAZ SANTOS VALADARES

REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO:
um estudo comparativo entre os códigos AACR2 e RDA

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação (FCI), da Universidade de Brasília (UnB), como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Márcio Bezerra da Silva

Brasília
2018



Título: Representação descritiva da informação: um estudo comparativo entre os códigos AACR2 e RDA.

Aluna: Marina Vaz Santos Valadares.

Monografia apresentada à Faculdade de Ciência da Informação Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para obtenção do grau Bacharel em Biblioteconomia.

Brasília, 25 de julho de 2018.

Márcio Bezerra da Silva - Orientador
Professor da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Doutor em Ciência da Informação

Mônica Regina Peres – Membro
Professora da Faculdade de Ciência da Informação (UnB)
Mestre em Ciência da Informação

Fabyola Lima Madeira – Membro externo
Especialista em Gestão Pública

Ficha Catalográfica

V136r Valadares, Marina Vaz Santos.

Representação descritiva da informação : estudo comparativo entre os códigos AACR2 e RDA / Marina Vaz Santos Valadares. – Brasília, 2018.
79 f. : il.

Orientador: Professor Doutor Márcio Bezerra da Silva.
Monografia de Graduação em Biblioteconomia, apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Biblioteconomia.

1. Catalogação. 2. Representação descritiva da informação. 3. AACR2. 4. RDA. I. Título.

CDU: 002:004

*Dedico à minha família por acreditarem em mim e
sempre me incentivarem a buscar mais.*

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Suzana e Geraldo, por sempre acreditarem em mim e no meu potencial, por me incentivarem e me darem oportunidades de buscar o melhor.

Às minhas irmãs, Stella e Camilla, que são motivos de inspiração por suas trajetórias de superação.

Ao meu amor, Luís Felipe, que se mostrou paciente, amigo, companheiro e maior incentivador.

Ao Professor Orientador, Márcio Bezerra da Silva, pela paciência e colaboração fundamental nessa difícil etapa.

À minha tia Suze por sempre demonstrar sua paixão pela Biblioteconomia e me emprestar os livros necessários antes mesmo de eu perceber sua importância.

Aos professores da FCI, aos colegas de curso e ao Reginaldo, pelas experiências ao longo desses anos de graduação.

E principalmente a Deus por ter me dado todas as oportunidades para que eu pudesse encontrar o meu caminho.

*“A curiosidade, instinto de complexidade infinita,
leva por um lado a escutar às portas e
por outro, a descobrir a América”.*

Eça de Queirós

RESUMO

Pesquisa que visa uma análise comparativa entre o *Anglo-American Cataloging Rules* e a normativa *Resource Description and Access* na busca por aproximações, distanciamentos e evoluções entre os dois códigos. Fundamenta o trabalho com ênfase na representação descrita da informação, pontuando códigos de catalogação e catálogos, especialmente o *Anglo-American Cataloging Rules*, segunda edição, e o *Resource Description and Access*, bem como os seus aportes tecnológicos. Resulta, a partir de uma metodologia caracterizada como aplicada, comparativa e bibliográfica, que os principais pontos de evolução observados no *Resource Description and Access*, em relação ao *Anglo-American Cataloging Rules 2*, são: as convergências entre os códigos resumem-se ao fato da criação do *Resource Description and Access* ser baseada no *Anglo-American Cataloging Rules 2*; as divergências estão centradas nos Princípios de Catalogação e na descrição do recurso em si, especificamente quanto ao título e a indicação de responsabilidade, publicação/distribuição e notas; e o *Resource Description and Access* possui foco no usuário e flexibilidade no registro, ajustados aos *Functional Requirement for Bibliographic Records*. Apresenta também, como resultados da pesquisa, a partir das catalogações feitas no e-book “O Crime do Padre Amaro”, segundo os códigos *Anglo-American Cataloging Rules 2* e *Resource Description and Access*, que existem mudanças na forma de descrever um recurso, especialmente quanto ao conteúdo, suporte e mídia da obra, além da representação dos dados serem fiéis ao recurso, ou seja, literalmente como apresentada na obra. Conclui-se que as mais significativas mudanças entre os códigos estão nas áreas de descrição física, de publicação e de notas do recurso, pois é possível observar o maior detalhamento que o *Resource Description and Access* dá ao registro, além das combinações entre os campos de tipos de conteúdo, mídia e suporte, permitindo descrever da melhor forma possível o recurso e, conseqüentemente, facilitar o usuário no momento de descobrir e selecionar novos recursos.

Palavras-chave: Representação descritiva da informação. Catalogação. *Anglo-American Cataloging Rules*. *Resource Description and Access*. *Functional Requirement for Bibliographic Records*.

ABSTRACT

Investigation that aims at a comparative analysis between the Anglo-American Cataloging Rules 2 and the Resources, Description and Access in the search for approximations, distances and evolutions between the two codes. Bases the monograph with emphasis on the described representation of information, punctuating cataloging codes and catalogs, especially the Anglo-American Cataloging Rules and the Resource Description and Access, as well as its technological contributions. Presents as results, from a methodology characterized as applied, comparative and bibliographical, that the main points of evolution observed in the Resource Description and Access, in relation to the Anglo-American Cataloging Rules 2, are: the convergences between the codes are summed up to the fact the creation of Resource Description and Access to be based on the Anglo-American Cataloging Rules 2; the divergences are centered on the Cataloging Principles and on the description of the resource itself, specifically regarding the title and the indication of responsibility, publication/distribution and notes; and the Resource Description and Access has a focus on the user and flexibility in the record, adjusted to the Functional Requirement for Bibliographic Records. Also presents, as a result of the research, from the catalogs made in the e-book "O Crime do Padre Amaro", according to the Anglo-American Cataloging Rules 2 and Resource Description and Access codes, that there are changes in the way of describing a resource, especially regarding to the content, support and media of the work, in addition to the representation of the data being faithful to the resource, that is, literally as presented in the work. Concludes that the most significant changes between the codes are in the areas of physical description, publication and resource notes, since it is possible to observe the greater detail that the Resource Description and Access gives to the registry, besides the combinations between the fields of content types, media and support, making it possible to describe the resource in the best possible way and, consequently, to facilitate the user in discovering and selecting new resources.

Keywords: Described information representation. Cataloguing. Anglo-American Cataloging Rules. Resource Description and Access. Functional Requirement for Bibliographic Records.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Ficha catalográfica em primeiro nível	30
Figura 2	Área do título e da indicação de responsabilidade	32
Figura 3	Área da edição	32
Figura 4	Área da publicação	33
Figura 5	Área da descrição física	34
Figura 6	Área da série	35
Figura 7	Área das notas	35
Figura 8	Área do número normalizado	36
Figura 9	Pontos de acesso	37
Figura 10	Número de chamada	38
Figura 11	Registro de livro em formato MARC21	40
Figura 12	Indicadores do campo título no formato MARC21	42
Figura 13	Registro em formato MARC21	43
Figura 14	Sumário das seções no RDA <i>Toolkit</i>	48
Figura 15	Apêndices no RDA <i>Toolkit</i>	49
Figura 16	Entidades dos FRBR	55
Figura 17	Representação no grupo 1 dos FRBR	55
Figura 18	Representação no grupo 2 dos FRBR	56
Figura 19	Representação no grupo 3 dos FRBR	56
Figura 20	Atributos no grupo 1 dos FRBR no RDA	57
Figura 21	Atributos no grupo 2 dos FRBR no RDA	58
Figura 22	Relações bibliográficas primárias	59
Figura 23	Relações de responsabilidades entre os grupos 1 e 2	60
Figura 24	Relações de assunto	61
Figura 25	Entidades e relações FRBR no formato MARC21	62

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Designações gerais de material	31
Quadro 2	<i>Tags</i> básicas do formato MARC21	41
Quadro 3	Campos básicos correspondentes entre MARC21 e AACR2	43
Quadro 4	Campos básicos correspondentes entre MARC21 e AACR2	44
Quadro 5	Exemplos de tipos de conteúdo, mídia e suporte	47
Quadro 6	Exemplo de registro pelo RDA <i>Toolkit</i>	51
Quadro 7	Exemplo de registro no MARC 21 à luz do RDA	52
Quadro 8	Relações de responsabilidade entre os grupos 1 e 2	60
Quadro 9	Campos adotados	65
Quadro 10	Terminologias entre AACR2 e RDA	67
Quadro 11	Comparativo entre as descrições do <i>e-book</i>	69

LISTA DE ABREVIATURAS

AACR - Anglo-American Cataloguing Rules
ALA - American Library Association
BCE - Biblioteca Central
BN - Biblioteca Nacional
CALCO - Catalogação Legível por Computador
CAN/MARC - Canada Machine Readable Cataloging
CI - Ciência da Informação
DER - Diagrama Entidade-Relacionamento
DGM - Designação Geral do Material
FEBAB - Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições
FRAD - Functional Requirements for Authority Data
FRBR - Functional Requirement for Bibliographic Records
IFLA - International Federation of Library Associations and Institutions
ISBD - International Standard Bibliographic Description
ISBN - International Standard Book Number
ISSN - International Standard Serial Number
LC - Library of Congress
MARC - Machine Readable Cataloguing
MER - Modelo Entidade-Relacionamento
OI - Organização da Informação
OPAC - Online Public Access Catalogue
RDA - Resource Description and Access
RDI - Representação Descritiva da Informação
RI - Representação da Informação
SLA - School Library Association
TIC - Tecnologias de Informação e Comunicação
UIB - Universitat de les Illes Balears
UNB - Universidade de Brasília
UNIMARC - Universal MARC

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
1.1 PROBLEMAS.....	16
1.2 JUSTIFICATIVA.....	16
1.3 OBJETIVOS.....	17
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	18
2.1 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO.....	19
2.2 CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO: um breve panorama.....	23
2.3 AACR2: descrição de recursos bibliográficos.....	26
2.3.1 Parte I: descrição.....	27
2.3.2 Parte II: pontos de acesso, títulos uniformes, remissivas.....	36
2.3.3 Formato MARC: catalogação automatizada.....	39
2.4 RDA: novos rumos da catalogação.....	44
2.4.1 Estrutura: seções.....	47
2.4.2 FRBR: modelo conceitual.....	53
3 METODOLOGIA	63
3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA.....	63
3.2 PONTOS DE COMPARAÇÃO.....	64
3.3 ETAPAS DA PESQUISA.....	65
4 RESULTADOS DA PESQUISA	66
4.1 COM BASE NA LITERATURA.....	66
4.2 COM BASE NAS DESCRIÇÕES.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	72
REFERÊNCIAS	75

1 INTRODUÇÃO

Em um período contemporâneo, chamado de sociedade da informação, reconhece-se a ampla produção de informação, através de diversos tipos de suportes e nas mais variadas formas de disseminação e acesso. Tarapanoff (1998) apresenta a sociedade da informação como espaço temporal baseado em novos canais de comunicação e em redes globais onde as informações são transmitidas em alta velocidade e de forma customizada. Ainda conforme o autor, diante dessa realidade, torna-se importante compreender a interação entre conhecimento, tecnologia e desenvolvimento, uma vez que a economia mundial é impulsionada diretamente pela criação e pelo intercâmbio de informação.

O supracitado cenário assume influências das intituladas tecnologias de informação e comunicação (TIC), ou seja, um conjunto de recursos tecnológicos com objetivos comuns e que teve seu uso potencializado pela popularização da Internet (PACIEVITCH, 2014). Complementando, Ponte (2002), traz a perspectiva das TIC como um meio fundamental de acesso e produção de informação, principalmente ao agir como ferramenta essencial para o trabalho colaborativo e para a comunicação à distância, o que permite novas formas de interação social.

Desenha-se um cenário em que a população se encontra, cada vez mais, imersa em ambientes provenientes das TIC, especialmente quando se menciona a Internet. Identificam-se, por exemplo, mudanças na forma como as organizações realizam as suas atividades, desenvolvem produtos e disponibilizam serviços, como vem ocorrendo nas bibliotecas. No prisma das TIC em bibliotecas, Castro (2012) ressalta a potencialização dos serviços a partir da oferta de novos recursos de acesso, novos formatos de intercâmbio de dados e novos processos de busca e recuperação da informação.

A automação dos serviços de bibliotecas, que surge primeiramente nos setores de empréstimos e nos trabalhos de catalogação¹, com registros legíveis por máquinas, ampliou-se para toda a gestão das unidades de informação via recursos de *software*, promovendo padronização, aumento de eficiência, cooperação e satisfação das necessidades de seus usuários (RODRIGUES; PRUDÊNCIO, 2009).

¹ A catalogação é uma representação que consiste na especificação de uma série de características do documento, e é a primeira ponte que faz a mediação entre os documentos e o usuário. (ANGELOZZI; MARTÍN, 2010, p. 109, tradução nossa)

Entre as atividades realizadas pela biblioteca, a representação da informação (RI) é uma que se enquadra entre as ações que estão se moldando conforme os recentes adventos tecnológicos e perfis dos usuários. De forma ampla, a RI é a organização da informação (OI) em formato abreviado, que possibilite sua recuperação por meio da essência do documento (NOVELLINO, 1996). Na ótica da RI ocorrem duas perspectivas de realização: temática e descritiva. Segundo Mey e Silveira (2009), enquanto a primeira estratifica o conteúdo do recurso, ao analisar e identificar os assuntos abordados, a descritiva está voltada ao registro das características físicas de determinado recurso por meio da catalogação, não só com a intenção de individualizá-lo, como também de reuni-lo aos seus semelhantes.

Ainda de acordo com Mey e Silveira (2009), a representação descritiva da informação (RDI), também conhecida como catalogação, contempla um conjunto de informações que irá simbolizar determinado registro. Maimone, Silveira e Tálamo (2011) afirmam que a catalogação é atribuída à representação bibliográfica e aos pontos de acesso de título e de responsabilidade, contendo características específicas do documento que permitam sua identificação e recuperação. Galvão (1998) exemplifica que a RDI se dá por dados ligados à produção editorial dos documentos, como título, responsáveis pela obra, ano de publicação, número de páginas entre outros.

A partir da metade do século XIX, estudos na área da biblioteconomia começaram a voltar sua atenção para a necessidade da criação de regras norteadoras no processo de RDI, surgindo então os primeiros códigos de catalogação em países europeus. Com o tempo, a ideia de padronização internacional aparece mais forte na década de 60, a partir da Conferência Internacional sobre Princípios de Catalogação em Paris, ao qual substanciou o surgimento da primeira edição do *anglo-american cataloging rules* (AACR). Conforme o seu uso e disseminação, o AACR foi amplamente difundido em vários países além da região europeia, como o próprio Brasil. No país, o seu uso foi se ampliando entre as bibliotecas, continuando na segunda edição, o chamado AACR2, desde a sua tradução na década de 80.

O AACR contribuiu para a simplificação do trabalho de catalogação ao proporcionar a padronização dos registros bibliográficos, no entanto, Rodrigues e Prudêncio (2009) alerta sobre a necessidade, decorrente da automação, de um formato que permita o armazenamento, a leitura e o entendimento dos dados

desse registro por computador, além de possibilitar o intercâmbio desses registros entre bibliotecas. Então, surge o formato *Machine Readable Cataloging* (MARC), desenvolvido pela *Library of Congress* (LC)² nos anos de 1960. Além disso, vale destacar que a modelagem do MARC está baseada nas normas do AACR. Em suma, de acordo com Mey e Silveira (2009), MARC significa uma padronização para a entrada e o manuseio das informações bibliográficas no computador, como um processo de mecanização da catalogação tradicional.

Ainda nas pontuações históricas e indo ao encontro da produção de informação cada vez mais no formato eletrônico, Mey e Silveira (2009) relatam a preocupação da *International Federation of Library Associations and Institutions* (IFLA), a partir de 2003, em realizar um código internacional de catalogação que fosse totalmente compatível com os *Functional Requirements for Bibliographic Records* (FRBR). Para Tillet (2006), os FRBR tratam de um modelo conceitual de catalogação baseado no modelo entidade-relacionamento (MER)³ e desenvolvido pelo Grupo de Estudo da IFLA com o intuito de ser independente de qualquer código de catalogação e ter uma compreensão do universo bibliográfico, de modo amplo.

A preocupação da IFLA impulsionou o Comitê Gestor Conjunto para o Desenvolvimento das AACR à elaboração, não apenas de uma nova edição, mas um novo código de catalogação, isto é, o chamado *Resource Description and Access* (RDA). Oliver (2011) conceitua o RDA como um código com uma nova estrutura completamente harmonizada com os FRBR, ao identificar as tarefas dos usuários como um importante processo no descobrimento de recursos, considerados como objetos informacionais tangíveis ou intangíveis, e projetando a descrição ao ambiente digital.

Diante do contexto apresentado, vislumbrando aproximações e distanciamentos entre o AACR2 e o RDA, o presente trabalho estrutura-se da seguinte forma: no capítulo um (1) são apresentados o tema, as problematizações, a justificativa e os objetivos; no capítulo dois (2) mostra-se a fundamentação teórica, pontuada em discussões literárias sobre RI, RDI, catálogos e códigos de catalogação, especificamente o AACR2 e o RDA, além das iniciativas no ambiente digital, ou seja, o formato MARC e o modelo FRBR; a seguir (capítulo 3) é

² Site: <https://www.loc.gov/>.

³ Na catalogação, o MER é um modelo descritivo que objetiva desenvolver bases de dados relacionais, identificando entidades, atributos e relacionamentos (MEY; SILVEIRA, 2009). O MER também é conhecido como diagrama entidade-relacionamento (DER).

apresentada a metodologia da pesquisa; no capítulo quatro (4) exibe-se a análise dos dados levantados sobre um olhar comparativo entre o AACR2 e o RDA na catalogação de uma obra específica; por fim, as considerações finais e expectativas de estudos futuros estão expostas no capítulo cinco (5).

1.1 PROBLEMAS

O recente contexto social apresenta crescente influência das TIC no desenvolvimento de conteúdos, aspecto observado e discutido por áreas como observado a biblioteconomia e da ciência da informação (CI). Entre os previsíveis contextos está atividade descritiva de recursos bibliográficos, especialmente quanto à criação, uso e atualização de códigos de catalogação frente às transformações na esfera bibliográfica, do físico ao digital. Diante da temática apresentada, surgem os problemas da pesquisa: *De que forma os códigos AACR2 e RDA se aproximam? Quais são os distanciamentos entre o AACR2 e o RDA? Quais são as evoluções identificadas no RDA em relação ao AACR2 na descrição de um recurso bibliográfico?*

1.2 JUSTIFICATIVA

Os indícios para a realização desta pesquisa surgiram pelo interesse sobre RDI, apresentada durante a disciplina de “Catalogação” e realizada no primeiro semestre de 2016. No escopo da RDI, chamou-se atenção sobre o RDA ao observar as atualizações propostas pelo novo código de catalogação em estabelecer compatibilidade com os recursos bibliográficos oriundos das TIC, bem como, ao mesmo tempo, se fundamentar na necessidade do usuário, agente ativo na recuperação da informação e de destaque nas bibliotecas.

Devido à curiosidade em relação ao tema, procurou-se complementar o estudo por meio do curso *Catalogación con RDA* ofertado pela *Universitat de les Illes Balears* (UIB)⁴, através da plataforma de cursos *online Miríada X*, e com a finalidade de compreender os conteúdos fundamentais do RDA e assimilar a sua base teórica conforme os modelos conceituais FRBR.

⁴ Site: <https://miriadax.net/web/catalogacion-con-rda>.

Na compressão de que o RDA surgiu com o intuito de substituir o AACR2, até então utilizado, a fim de proporcionar flexibilidade na descrição de recursos digitais, a justificativa da presente pesquisa formaliza-se pelo interesse de identificar as mudanças e melhorias apresentadas por esse novo código de catalogação em relação à normativa anterior, a partir da análise de descrições bibliográficas de recursos específicos.

1.3 OBJETIVOS

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar possíveis mudanças apresentadas pelo RDA em relação ao AACR2 na eminência de modernizar os catálogos de bibliotecas. Enquanto objetivos específicos, buscam-se identificar aproximações entre os códigos, elencar distanciamentos entre as normativas e pontuar evoluções identificadas no RDA em relação ao AACR2 na descrição de um recurso bibliográfico.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Conforme Severino (2002), a ciência é vista na modernidade como a única forma válida de conhecimento, que por sua vez se baseia em um método de pesquisa⁵, ao qual realiza procedimentos, necessariamente, por meio de objetivos, a fim de reduzir as influências de nossa subjetividade. Para tanto, utiliza-se de técnicas que aprimoram e complementam as observações coletadas. Sendo assim, menciona-se aqui a pesquisa científica e que faz uso da fundamentação teórica, ou fase de levantamento de dados empíricos, que consiste em recorrer a uma quantidade suficiente de fontes que ajudarão a desenvolver o raciocínio demonstrativo. Essa fundamentação teórica não se limita ao levantamento em si, mas, também, à necessidade de determinar a relação entre os dados levantados e o ambiente de análise da pesquisa (SEVERINO, 2002), ou seja, consiste na análise de literatura já publicada a fim de definir a estruturação conceitual na qual se sustenta o desenvolvimento da pesquisa (SILVA; MENEZES, 2005).

A presente fundamentação teórica busca contextualizar o problema estudado segundo um embasamento conceitual, especialmente quanto as possíveis orientações descritivas entre códigos de catalogação. Neste sentido, o fio condutor na literatura deste TCC está na compreensão sobre o que significa RI, considerada como sendo “a principal característica do processo de representação da informação é a substituição de uma entidade lingüística longa e complexa - o texto do documento - por sua descrição abreviada” (NOVELLINO, 1996, p. 38).

Os processos de simbolização da RI buscam a reprodução do conteúdo dos documentos para facilitar a recuperação e a assimilação destes por parte dos usuários, uma vez que o objetivo principal da representação é a comunicação entre os usuários e a informação. A RI é subdividida em duas perspectivas, temática e descritiva, e para que tenha seu objetivo alcançado de forma eficiente é necessário que ambas sejam realizadas. Os dois tipos de representação se diferenciam no fato da temática ser focada na representação dos assuntos, facilitando a recuperação por temas específicos, enquanto a descritiva retrata as características que individualizam o documento, definindo-o e padronizando os seus pontos de acesso aos usuários (MAIMONE; SILVEIRA; TÁLAMO, 2011).

⁵ Conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento. (GIL, 2008, p. 8)

Entre as duas perspectivas da RI, a descritiva é a que se aproxima do problema da pesquisa, ou seja, o presente trabalho foca no processo de descrição de recursos, definindo e conceituando seus elementos a partir de códigos de catalogação, como o AACR e o RDA, aos quais padronizam os formatos eletrônicos de entrada de dados, especificamente o MARC e o modelo conceitual FRBR.

2.1 REPRESENTAÇÃO DESCRITIVA DA INFORMAÇÃO

A biblioteconomia pode ser considerada uma área do conhecimento que contribui ao acesso amplo e democrático à informação devido as suas funções de custódia e de acesso a informação disponível, independente de tempo e espaço. A referida área do conhecimento possibilita que bibliotecas, e demais unidades de informação, ajam como um organismo em crescimento ao agregar novas TIC, que por sua vez influenciam nas atividades de organizar e controlar a produção bibliográfica (SANTA ANNA; PEREIRA; CAMPOS, 2014).

No contexto da biblioteconomia, uma das formas de organização e controle do acervo é a representação descritiva da informação (RDI), também conhecida como catalogação. Segundo Galvão (1998), a RDI tem relação com os dados editoriais dos recursos como os responsáveis pela obra, título, editor, ano de publicação e número de páginas. A RDI tem como produto os catálogos, automatizados ou não, aos quais apresentam dados necessários para que os usuários possam decidir quais recursos suprem sua necessidade informacional.

Ampliando a compreensão da RDI, não apenas como um simples método de confeccionar catálogos, também se entende-a como um processo de comunicação, compreendida por Mey e Silveira (2009, p. 7) como:

O estudo, preparação e organização de mensagens, com base em registros do conhecimento, reais ou ciberespaciais, existentes ou passíveis de inclusão em um ou vários acervos, de forma a permitir a interseção entre as mensagens contidas nestes registros do conhecimento e as mensagens internas dos usuários.

O supracitado conceito acrescenta o usuário como personagem do processo de RDI, o que alerta à importância de confeccionar catálogos que possam ser bem compreendidos por seus usuários. Nesta linha, Souza (2009) reafirma o papel do usuário nos processos da RDI, uma vez que a catalogação tem como função

possibilitar que o usuário encontre, identifique, selecione e obtenha determinado item que corresponda a sua lacuna informacional. São os catálogos, instrumentos de recuperação que permitem essa comunicação entre o usuário e o acervo.

Sendo a ação que promove os catálogos, a catalogação, enquanto uma nomenclatura tradicional à expressão RDI, refere-se à “[...] descrição das características dos documentos que formam as coleções das bibliotecas e bases de dados⁶” (CAMPELLO, 2007, p. 57), compreensão que se complementa à visão de que o foco da catalogação é a elaboração de catálogos de bibliotecas (CAVALCANTI, 1970). Para tanto, sentenças foram estabelecidas na biblioteconomia como verdades para o uso efetivo de um catálogo junto aos seus usuários, bem como a unidade de informação ao qual essas personas se encontram inseridas, em uma (imaginável) perspectiva de ampliação desse organismo.

As referidas sentenças foram criadas pelo indiano Ranganathan⁷, representadas pelas “cinco leis da biblioteconomia”. Pensando nessas leis, princípios, regras e técnicas para a organização de bibliotecas foram e continuam sendo estudadas e/ou desenvolvidas. Sayers (1931), por exemplo, na introdução da primeira edição da obra “As Cinco Leis da Biblioteconomia”, já reconhecia como tendência das bibliotecas modernas a ampliação de seus usuários para toda a população de um local assistido (RANGANATHAN, 2009), não se limitando aos leitores, visão que vai ao encontro da recente dinâmica possibilitada pelas TIC, entre ambientes e usuários.

As cinco leis do autor estão referidas aos elementos que compõe e/ou participam de uma biblioteca, ou seja, o leitor, a obra e o próprio espaço. São elas: os livros são para usar (1), os livros são para todos (2), para cada livro seu leitor (3), poupe o tempo do leitor (4) e a biblioteca é um organismo em crescimento (5) (RANGANATHAN, 2009). As mencionadas leis podem ser consideradas viés à perspectiva da catalogação, uma vez que os catálogos são o meio de comunicação entre as obras e os leitores em uma biblioteca. Mas para que a comunicação entre os envolvidos se torne realidade, o caminho adotado pela RDI concentra-se em métodos sistemáticos fundamentados em regras, ou seja, em linha com uma

⁶ Pode-se perceber que a autora amplia a ideia da descrição para além dos tradicionais materiais bibliográficos, como os livros físicos, podendo ser catalogados diversos tipos de recursos, independente do suporte, aos quais incluem *e-books*, imagens, recursos de *software* entre outros.

⁷ Shiyali Ramamrita Ranganathan (1892-1972), nascido em Madras, na Índia, matemático por formação e bibliotecário a partir de 1924.

padronização. Segundo Machado (2015), os padrões possuem um conceito mais amplo, que abrange as regras, enquanto as regras normalizam as atividades práticas da catalogação com critérios específicos conforme a obra ou o suporte. A autora ainda destaca que a facilidade e a familiaridade que o usuário terá em manusear qualquer catálogo, assim como em permitir que documentos com características semelhantes possam estar agrupados, são vantagens oriundas da uniformidade da RDI (MACHADO, 2015).

Ao longo do tempo, a catalogação foi adotando diferentes tecnologias que pudessem contribuir para a sua realização, reduzindo os esforços empregados em tempos anteriores, ao automatizar tarefas, mas, ao mesmo tempo, aumentou a necessidade de padronizar os registros. Sendo assim, as TIC, os padrões e as regras colaboram com uma forma única de trabalho e assim possibilitar o intercâmbio informacional entre sistemas e/ou instituições.

Enquanto no âmbito físico é comum o uso de expressões como padrões e padronização, no prisma tecnológico, vem-se adotando o termo interoperabilidade, ao qual pode ser compreendido, como “habilidade de buscar informação digital em bases de dados heterogêneas [...] possibilitado pela utilização de instrumentos padronizados de descrição” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 213). A interoperabilidade amplia a função da catalogação de realizar o diálogo entre unidades de informação, promovendo o conhecimento de itens existentes em outros acervos, bem como o intercâmbio de dados bibliográficos.

Como resultado da catalogação nas vertentes física e digital, ambas na linha da padronização na representação de objetos informacionais, diferentes tipos de catalogação surgiram e foram se desenvolvendo, inclusive recebendo significativa influência dos recentes adventos tecnológicos. Segundo Campello (2006), pensando em melhorar a eficácia dessa atividade e na possibilidade de economizar recursos humanos e financeiros, começam a surgir os conceitos de catalogação cooperativa, compartilhada e na fonte.

A atuação cooperativa surge ainda no século XIX a partir do bibliotecário Jewett⁸, entretanto, devido às dificuldades tecnológicas, só na década de 1960 a LC teve sucesso em desempenhar esse tipo de catalogação ao automatizar o processo técnico em si, dando rapidez à tarefa e diminuindo seus custos. A cooperação na

⁸ Charles Coffin Jewett (1816-1868) foi um bibliotecário americano responsável pelos primeiros controles de registros bibliográficos e atuou como superintendente da Biblioteca Pública de Boston.

catalogação teve um grande impulso a partir do formato MARC⁹, que teve diversas adaptações em vários países. No Brasil, a adaptação foi realizada pela bibliotecária Alice Príncipe Barbosa em 1973, originando o projeto Catalogação Legível por Computador (CALCO)¹⁰. Tempos depois ocorreu a criação da rede Bibliodata/CALCO¹¹ que só se tornou operacional em 1980 e que, contando com o apoio da Biblioteca Nacional (BN)¹², assumiu o papel de coordenar o grupo de bibliotecas usuárias, dando início a uma nova fase de cooperação no país (CAMPELLO, 2006). Os fatos mencionados representam o significado de que várias bibliotecas periféricas enviam os registros realizados a uma central que será responsável por normalizá-los e distribuí-los para a coletividade (BARBOSA, 1978). No mesmo período do surgimento do CALCO, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) vinha instigando programas que buscassem a cooperação entre bibliotecas e pudessem contribuir para o controle bibliográfico nacional. Deu-se início, portanto, ao projeto Bibliodata/CALCO, em 1977, estipulando princípios a execução da automação em todos os serviços de informação (IBICT, 2012).

Além da iniciativa de cooperação entre bibliotecas, surgiu também a catalogação compartilhada, ao qual objetiva acelerar o processo de catalogação entre instituições que não fazem parte da mesma rede. Kent, Lancour e Daily (1979) a definem como uma colaboração realizada por duas ou mais instituições que combinam esforços para construir a base de dados de um catálogo em comum, diferenciando-se da cooperativa, pois não possui uma Instituição central responsável pela compilação dos itens catalogados. Barbosa (1978) afirma que se trata de um tipo de catalogação cooperativa, tendo, no entanto, três fontes de aquisição, a saber: centros bibliográficos, que terão como responsabilidade as bibliografias nacionais correntes; escritórios regionais, que irão obter e catalogar documentos publicados em determinada língua, independente do país de origem da obra; e outros escritórios regionais, que buscarão adquirir e catalogar obras de países que não possuem bibliografias nacionais próprias.

⁹ MARC é “[...] um conjunto de padrões para identificar, armazenar, e comunicar informações bibliográficas em formato legível por máquina, de forma que diferentes computadores e programas possam reconhecer, processar e estabelecer pontos de acesso dos elementos que compõem a descrição bibliográfica” (ALVES; SOUZA, 2007, p. 25).

¹⁰ Trata-se de um “[...] formato de intercâmbio de dados catalográficos desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, baseado no formato MARC II, da Library of Congress” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 173).

¹¹ Site: <http://bibliodata.ibict.br/>.

¹² Site: <https://www.bn.gov.br/>.

Diante das fontes de aquisição é possível compreender a existência de desvantagens a esse tipo de catalogação, pois enfrenta tanto barreiras linguísticas, quanto divergências entre os códigos, como os números das edições utilizadas nas diferentes unidades de informação que buscam o compartilhamento.

No caso da catalogação na fonte, surge, mais uma vez, a partir de Jewett, além de outros bibliotecários, que perceberam a possibilidade de diminuir o tempo e os esforços desempenhados na atividade, caso os recursos fossem logo catalogados uma única vez antes de sua publicação (CAMPELLO, 2006). Refere-se a um “registro bibliográfico impresso no verso da página de rosto no livro” (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 98). Entre as vantagens estão a redução do custo da atividade, diminuição nas obras catalogadas nas bibliotecas, maior equilíbrio entre o número de catalogadores e obras a serem catalogadas, bem como a melhoria na qualidade da catalogação, uma vez que os registros devem seguir um padrão para as entradas¹³, parte descritiva¹⁴, cabeçalhos de assuntos¹⁵ e números de classificação¹⁶ (BARBOSA, 1978).

Apesar da padronização estar em discursos recentes sobre a confecção de registros descritivos e intercâmbio de dados entre sistemas, a ação em si vem de longa data, podendo se resumir das 91 regras de Panizzi até o RDA, também conhecido como AACR3.

2.2 CÓDIGOS DE CATALOGAÇÃO: um breve panorama

Entre as contribuições de estudiosos no desenvolvimento de códigos (padronizados) de catalogação é possível iniciar-se por Panizzi¹⁷ e suas regras, contendo as 91 orientações de catalogação ao *British Museum*¹⁸, considerado o primeiro código de catalogação, ao qual influenciou o surgimento de códigos posteriores (MACHADO, 2015). Deve-se salientar que muitas discussões e

¹³ Conjunto completo da representação, com todas as suas partes. (MEY; SILVEIRA, 2009, p. 96)

¹⁴ Elementos da descrição bibliográfica de um item.

¹⁵ Palavra ou frase utilizada para indicar o conteúdo temático de um documento. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 61)

¹⁶ Dados de localização que permitem ao usuário encontrar um item armazenado na estante de um determinado acervo, criados a partir de sistemas bibliográficos como a classificação decimal universal (CDU).

¹⁷ Anthony Panizzi (1797-1879) foi um refugiado político italiano, advogado de profissão e bibliotecário do *British Museum*.

¹⁸ Site: <http://britishmuseum.org/>.

alterações ocorreram nas regras de Panizzi, mas uma que permanece até hoje é a valorização da folha de rosto como fonte de informação para as descrições bibliográficas (IBICT, 2012).

De forma breve, entre as resultantes das influências proporcionadas pelas “regras de Panizzi”, cronologicamente, destacam-se as ações do já mencionado Jewett ao apresentar padrões para cabeçalhos de responsabilidade e para obras anônimas em seu código¹⁹, além de determinar a rigidez das regras de catalogação, a simplificação das regras pelo bibliotecário Dewey²⁰ e a contribuição de Cutter²¹ ao disseminar regras para um catálogo dicionário e uma tabela representativa de nomes (MACHADO, 2015). Especificamente, a obra de Cutter se destacou pela sua ação de realizar a catalogação de assuntos e de materiais especiais, assim como pela elaboração de catálogos auxiliares para tais fins, além da apresentação dos objetivos da catalogação, pela primeira vez. São elas: permitir que o usuário encontre um livro, desde que o autor, o título ou o assunto seja conhecido; mostrar que a biblioteca possua determinado autor, assunto ou tipo de literatura; e auxiliar na escolha de um livro, através de sua edição ou caráter (MEY; SILVEIRA, 2009, MORENO, 2011). Cutter ainda se destacou pela sua influência e colaboração no desenvolvimento do primeiro código da *American Library Association* (ALA)²² e nas Instruções Prussianas, publicadas em 1899 na Alemanha, aos quais tiveram forte aceitação e implementação nos países de língua alemã como Áustria, Hungria, Dinamarca, Holanda e Noruega (IBICT, 2012).

O quarto e último estudioso que merece destaque chama-se Lubetzky²³, pois revisou os vários códigos de sua época e sugeriu significativas mudanças (MACHADO, 2015), culminando em reduções nesses códigos justificadas pela redundância de várias regras que poderiam ser resumidas em princípios (SANTOS; ORTEGA, 2013). As revisões de Lubetzky aos códigos e suas simplificações aos objetivos de Cutter tiveram forte impacto na Conferência Internacional sobre

¹⁹ Código publicado em 1853 com influência das regras de Panizzi, mas reduzidas a 33 regras, com ênfase em obras escritas sob pseudônimos ou por autoria coletiva (IBICT, 2012).

²⁰ Melville Louis Kossuth Dewey (1851-1931) foi um bibliotecário americano, inventor da classificação decimal de Dewey (CDD) e diretor da *New York State Library* (NYSL). Site: <http://www.nysl.nysed.gov/>.

²¹ Charles Ammi Cutter (1837-1903) foi mais um notável bibliotecário americano, que atuou na *Boston Athenaeum* e na *Forbes Library*, além de ser um dos fundadores da ALA. Site da *Boston Athenaeum*: <http://www.bostonathenaeum.org/>. Site da *Forbes Library*: <https://forbeslibrary.org/>.

²² Site: <http://www.ala.org/>.

²³ Seymour Lubetzky (1898-2003) foi um bibliotecário bielorrusso e pioneiro no campo da teoria da catalogação, inclusive atuando como catalogador na LC.

Princípios de Catalogação de 1961. Viu-se então a necessidade de um padrão que pudesse atender a qualquer sistema informacional, com abrangência internacional (SANTOS; ORTEGA, 2013).

Tomando como base os estudos de Lubetzky, na Conferência de Paris foi aprovada a “Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação”, considerada a primeira contribuição de nível internacional na área da catalogação (SANTOS; ORTEGA, 2013). Essa declaração subsidiou uma normalização internacional enquanto um fato de êxito, pois a maioria dos códigos desenvolvidos, desde então, foram respaldados pelos seus princípios estabelecidos (IFLA, 2009). Em outras palavras, a Conferência de Paris foi um passo que correspondeu aos movimentos dos bibliotecários do mundo inteiro, ou seja, que buscavam acordos internacionais de normalização para regras de catalogação, especialmente devido às crescentes ações cooperativas na área. Conforme o IBICT (2012), a Conferência objetivou a uniformização das regras de entradas e cabeçalhos principais, contando com delegados de 53 países para analisar e sugerir implementações a esses princípios. Moreno (2011) destaca que os princípios de Paris continuaram sendo importante ferramenta para a criação de catálogos até haver a necessidade de se adequarem à proposta de tarefas do usuário estabelecidas por modelagens recentes.

Buscando atender à nova realidade das bibliotecas, algumas automatizadas e outras adotando catálogos *online*, os princípios foram revistos pela IFLA em 2009, substituindo e ampliando os definidos no ano de 1961. Para tanto, a IFLA (2009, p. 2) enumera os novos princípios na criação de códigos de catalogação, destacando o primeiro como mais importante:

1. Conveniência do utilizador (usuário). As decisões relativas à descrição e a formas controladas dos nomes para acesso devem ocorrer tendo em conta o utilizador (usuário);
2. Uso comum. O vocabulário usado na descrição e nos pontos de acesso deve estar de acordo com o da maioria dos utilizadores (usuários);
3. Representação. As descrições e formas controladas dos nomes devem ser baseadas no modo como a entidade se descreve;
4. Exatidão. A entidade descrita deve ser fielmente representada;
5. Suficiência e necessidade. Só devem incluir-se nas descrições e formas controladas dos nomes para acesso os elementos considerados necessários ao utilizador (usuário) e que sejam essenciais para identificar, inequivocamente, uma entidade;
6. Significância. Os elementos dos dados devem ser bibliograficamente significantes;
7. Economia. Quando há formas alternativas para atingir um objetivo, deve dar-se preferência à forma que promova maior economia (isto é, o menor custo ou a abordagem mais simples);

8. Consistência e normalização. As descrições e a construção de pontos de acesso devem ser tão normalizadas quanto possível. Isso permite maior consistência, o que, por sua vez, aumenta a capacidade de partilhar dados bibliográficos e de autoridade;
9. Integração. As descrições para todos os tipos de materiais e as formas controladas dos nomes de todos os tipos de entidades devem ser baseadas, tanto quanto seja relevante, num conjunto comum de regras.

Como reflexo dos supracitados princípios é possível perceber que funções e estruturas dos catálogos foram sendo alteradas, especialmente quando impulsionados pelas TIC, buscando serem mais fidedignas as suas realidades institucionais e sociais. Sendo assim, influências por cenários econômicos, políticos e tecnológicos, a catalogação se faz presente a partir de mudanças/alterações ao longo dos séculos XIX e XX, e que continuam causando influências na forma de representar descritivamente a informação no século atual. Prova disso é a necessidade de automatizar a realização da técnica, compartilhar registros bibliográficos, fisicamente e digitalmente, e considerar o usuário como o foco principal na elaboração de catálogos.

Em consequência do surgimento de perspectivas referentes à catalogação, códigos foram desenvolvidos, sendo o AACR2 de significativa difusão e aceitação. Porém, Mey e Silveira (2009) atentam para a recomendação da IFLA de que os códigos de catalogação estejam em total compatibilidade com os FRBR, o que culminou na necessidade de revisar o código e lançar a propositiva intitulada AACR3, oficialmente conhecida por RDA.

Baseado no alerta das autoras acredita-se na importância de se conhecer as características que minimamente formalizam os códigos, ou seja, o AACR2 e o RDA, e, conseqüentemente, identificar mudanças entre ambos, inferindo possíveis aproximações e distanciamentos.

2.3 AACR2: descrição de recursos bibliográficos

O catálogo pode ser considerado um instrumento de antiga data e que busca promover a recuperação de informação pelos seus usuários. Segundo Mey (1995) catálogo é um canal de comunicação estruturado, transmitindo mensagens codificadas, aos usuários, e organizadas sobre os itens presentes em um ou vários

acervos. Fusco (2011) traz a ideia de catálogo como um conjunto de metadados²⁴ estabelecidos em consonância às regras de catalogação, de forma que os dados sobre os itens de determinado acervo estejam padronizados em sua descrição.

Para tanto, enquanto um meio de comunicação entre os usuários e o acervo, o catálogo é elaborado por meio de regras com fins de padronizar a descrição dos registros, sejam eles bibliográficos ou não. Na promoção do mencionado recurso de comunicação está o ato de catalogar, ação apresentada por Souza (2003) como sendo uma tarefa que exige técnica especializada, uma vez que tem como finalidade atender a necessidade informacional do usuário, identificando o item solicitado. Em complemento, Mey e Silveira (2009) afirmam que umas das ferramentas mais utilizadas hoje na elaboração de catálogos é o AACR2, código que foi adotado por quase todas as escolas de biblioteconomia no Brasil.

O AACR2 consiste na segunda edição do código elaborada pela ALA e pela *School Library Association (SLA)*²⁵ do Reino Unido como “um suporte físico para descrever a informação propriamente dita de um item de forma bastante técnica” (BRUNA; ALVES, 2011, p. 11). A primeira edição do AACR foi introduzida e difundida no Brasil pela bibliotecária Dorothy Muriel Geddes em 1929, no Colégio Mackenzie, em São Paulo. Quarenta anos depois, em 1969, surgiu a edição brasileira. Entre 1983 e 1985 foi lançada a edição como se conhece atualmente e depois revisada em 2005 pela Federação Brasileira de Associações de Bibliotecários, Cientistas da Informação e Instituições (FEBAB)²⁶ (CAMPELLO, 2006). Diante do referido código, a descrição de objetos informacionais orienta-se em duas partes, ou seja, a primeira relativa à descrição propriamente do item e a segunda referente aos pontos de acesso, títulos uniformes, remissivas.

2.3.1 Parte I: descrição

A primeira parte está relativa a descrição do item, desde regras mais gerais até especificidades de cada tipo de recurso. Para tanto, a parte I do código apresenta as suas regras conforme os diferentes tipos de suportes, em treze seções, apresentados da seguinte forma pelo AACR2 (2002):

²⁴ São dados sobre dados que descrevem conteúdos de um documento (MILSTEAD; FELDMAN, 1999), comumente associado e adotado em ambientes digitais, como na *web*.

²⁵ Site: <http://www.sla.org.uk/index.php>.

²⁶ Site: <http://www.febab.org.br/>.

1. Regras gerais de descrição;
2. Livros, folhetos e folhas impressas;
3. Materiais cartográficos;
4. Manuscritos (incluindo coleções manuscritas);
5. Música;
6. Gravações de som;
7. Filmes cinematográficos e gravações de vídeo;
8. Materiais gráficos;
9. Recursos eletrônicos²⁷;
10. Artefatos tridimensionais e realia²⁸;
11. Microformas;
12. Recursos contínuos;
13. Análise²⁹.

Ainda no volume um (1), a parte descritiva do AACR2 é iniciada pelas regras gerais, que por sua vez podem ser aplicadas a todos os tipos de materiais. Contudo, se houver a necessidade de um tratamento mais específico para determinado tipo de material, regras especializadas estarão manifestadas no capítulo geral referente ao material a ser catalogado. Essa especificidade de regras está pensada na confecção da ficha catalográfica, compreendida como um “cartão retangular usado em bibliotecas, desde 1775, para registrar as informações relativas aos documentos” (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 167). Em outras palavras, a ficha catalográfica contempla regras gerais, organizadas em 11 áreas com a intenção de orientar, de forma mais específica, a catalogação. De acordo com o AACR2 (2002), são elas:

1.0 Regras gerais

1.1 Área do título e da indicação de responsabilidade;

1.2 Área da edição;

1.3 Área dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação);

²⁷ Recursos eletrônicos incluem, frequentemente, componentes cujas características são encontradas em diversas espécies de materiais, de modo que quase sempre será necessário consultar outros capítulos. (AACR2, 2002, p. 9-2)

²⁸ Objetos, coisas autênticas que existem de fato, como, p.ex.: amostras, artefatos e modelos (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 306).

²⁹ Seção referente aos capítulos de 14 a 19, apresentados como livres para que assumam novos suportes que possam surgir.

- 1.4 Área da publicação, distribuição etc.;
- 1.5 Área da descrição física;
- 1.6 Área da série;
- 1.7 Área das notas;
- 1.8 Área do número normalizado³⁰ e das modalidades de aquisição³¹;
- 1.9 Itens suplementares;
- 1.10 Itens constituídos de vários tipos de materiais;
- 1.11 Fac-símiles³², fotocópias e outras reproduções;

Apesar das divisões em 11 áreas, deve-se destacar que a maior parte das áreas poderão ser padronizadas por qualquer capítulo, ou tipo de material, com exceções presentes na área três, ou seja, sobre os detalhes específicos do material, sobre materiais cartográficos (capítulo 3), sobre música (capítulo 5), sobre recursos eletrônicos (capítulo 9), sobre alguns casos das microformas (capítulo 11) e sobre os recursos contínuos (capítulo 12), além da área 5 já que por descrever aspectos físicos torna-se diferente para cada tipo de material analisado e catalogado.

Outro ponto que deve ser destacado é o nível de descrição, diante da quantidade de áreas estabelecidas. Anzolin (2007) afirma que a descrição pode ser realizada em três níveis diferentes de especificidade, a ser escolhida pela biblioteca ou agência catalogadora, em consonância com o objetivo do catálogo. A Instituição pode definir apenas um tipo de nível para todos os itens a serem catalogados ou pode definir a especificidade de detalhamento conforme o tipo de item. No caso do primeiro nível de descrição (figura 1), os seguintes elementos serão contemplados:

³⁰ Código numérico normalizado para a identificação de um item. Enquanto para livros é adotado o *International Standard Book Number* (ISBN), para os periódicos utiliza-se o *International Standard Serial Number* (ISSN).

³¹ Forma como o recurso foi adquirido, entre compra, doação ou permuta.

³² Reprodução de um documento com o mesmo aspecto e o mesmo tamanho do original. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p.165)

Figura 1: Ficha catalográfica em primeiro nível

Título principal / primeira indicação de responsabilidade, se diferir do cabeçalho da entrada principal em forma ou número, ou se não houver cabeçalho de entrada principal. – Indicação de edição. – Detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação). – Primeiro editor etc., data de publicação etc. – Extensão do item. – Nota(s). – Número normalizado.

Fonte: Anzolin, 2007, p. 7.

O segundo nível difere-se do primeiro ao acrescentar o item “título equivalente”; outras informações sobre o título; cada uma das indicações de responsabilidade do material, incluindo a relativa à edição; detalhes físicos e de dimensões quanto à extensão do item; todos os elementos sobre série e subsérie como título principal, indicação de responsabilidade, ISSN³³ e numeração. Quanto ao terceiro nível, a descrição é ampliada usando-se todos os elementos apresentados nas regras de suas correspondentes áreas (ANZOLIN, 2007).

Com base no nível de catalogação adotado, um conjunto de regras será apresentado, comumente conhecido como elementos da descrição bibliográfica³⁴. No caso da primeira seção, chamada de **área do título e da indicação de responsabilidade** (1.1), de acordo com o AACR2 (2002), os elementos dessa seção devem ser retirados da fonte principal de informação. No caso específico de livros e folhetos utilizam-se a página de rosto. Para tanto, especificamente tem-se:

- Título ou título principal (1.1B): transcreve o título conforme aparece na fonte, respeitando ordem e grafia apresentados;
- Título alternativo (1.1B): é parte do título principal³⁵;
- Designação geral do material (DGM)³⁶ (1.1C): é opcional e tem o papel de indicar o tipo de suporte do material descrito;
- Título equivalente³⁷ (1.1D): utilizado em uma descrição de segundo nível e aponta títulos em outras línguas;

³³ Código numérico, criado em 1972, composto por 8 dígitos, para identificação internacional do título-chave de uma publicação seriada. (CUNHA; CAVALCANTI, 2008, p. 265)

³⁴ Deve-se salientar que os elementos iniciais de cada seção se chamam de regra preliminar, por exemplo: 1.1A, contendo especificamente 1.1A1 para pontuação e 1.1A2 para fontes de informação. Na sequência, 1.2A para regra preliminar da edição, com 1.2A1 para pontuação e 1.2A2 para fontes. E assim sucessivamente, com exceção da área 1.3.

³⁵ Separa-se do título principal por vírgula, depois um espaço, em seguida a expressão “ou”, o título alternativo e finaliza-se com uma vírgula novamente (título principal, ou título alternativo,).

³⁶ Apresentado entre colchetes.

- Outras informações sobre o título³⁸ (1.1E): entende-se também como
- Indicações de responsabilidades³⁹ (1.1F): trata-se de uma subárea correspondente aos responsáveis intelectuais da obra como autores, tradutores, ilustradores, revisores, roteiristas, compositores entre outros;
- Itens sem título coletivo⁴⁰ (1.1G): para obras reunidas em um mesmo item, porém sem um título coletivo (AACR2, 2002).

Sobre o DGM, as designações abrangem uma significativa variedade de tipos de materiais, entre físicos e digitais, representando livros, materiais cartográficos, música, artefatos tridimensionais e reálias entre outros. Conforme o quadro um (1) é possível observar o tipo de material e a sua correspondente designação.

Quadro 1: Designações gerais de material

Tipo de Material	DGM
Livros, folhetos e folhas soltas	[texto]
Materiais cartográficos	[material cartográfico]
Manuscritos	[manuscrito]
Música	[música]
Gravações de som	[gravação de som]
Filmes cinematográficos e gravações de vídeo	[filme cinematográfico] [gravação de vídeo]
Materiais gráficos	[original de arte] [diagrama] [diafilme] [cartão-relâmpago] [ilustração] [diapositivo] [desenho técnico] [transparência]
Recursos eletrônicos	[recurso eletrônico]
Artefatos tridimensionais e reália	[diorama] [jogo] [lâmina para microscópio] [modelo] [reália]
Microformas	[microforma]
Recursos contínuos	-

Fonte: Anzolin, 2007, p. 9-10.

³⁷ Separado do título principal pelo sinal de igual (título principal = título equivalente).

³⁸ Separado do título por dois pontos e um espaço antes e depois da pontuação (título principal : subtítulo).

³⁹ Separados do título por uma barra (título / indicações de responsabilidades), além do uso do ponto e vírgula (;) quando as responsabilidades forem de categorias diferentes e vírgula (,) para separar as responsabilidades da mesma categoria.

⁴⁰ Pode-se adotar o título de uma obra principal ou registrar todos os títulos, mesmo que sejam de autores diferentes.

Como exemplo de uma obra descrita⁴¹ conforme a **área do título e da indicação de responsabilidade** (1.1), a figura dois (2) apresenta a representação ocorrida pelo título principal (1.1B), pelo subtítulo (1.1E) e pela indicação de responsabilidade (1.1F), respectivamente.

Figura 2: Área do título e da indicação de responsabilidade⁴²

Sorte e arte : como foram feitas algumas reportagens que você leu
/ José Roberto de Alencar.

Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116.

Na sequência, no que se refere à **área de edição** (1.2), conforme o AACR2 (2002), estão contempladas as seguintes indicações, a saber:

- De edição⁴³ do material (1.2B);
- De responsabilidades relativas à edição⁴⁴ (1.2C);
- De edição subsequente (1.2D);
- De responsabilidade relativa a uma indicação de edição subsequente (1.2E).

Exemplificando, a figura três (3) apresenta um trecho da descrição do livro apresentado na figura dois (2), referente a indicação numérica da edição (ed) e sobre informações relativas à revisão dessa edição, respectivamente (em vermelho).

Figura 3: Área da edição

Sorte e arte : como foram feitas algumas reportagens que você leu
/ José Roberto de Alencar. – 4. ed., rev. e ampl.

Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116

⁴¹ Vale salientar que todas as áreas são separadas umas das outras por um ponto, um espaço em seguida, um hífen e um novo espaço (área 1. – área 2).

⁴² Deve-se mencionar que a dimensão da ficha catalográfica é 7,5cm x 12,5cm.

⁴³ Utiliza-se o algarismo numérico seguido por ponto, espaço, expressão da edição abreviada e um novo ponto (número da edição. ed.).

⁴⁴ Precedida por barra após a indicação da edição (número da edição. ed. / responsabilidades).

A **área dos detalhes específicos do material (ou do tipo de publicação)**⁴⁵ (1.3) é utilizada apenas quando se trata de materiais como braile, filme, gravações, desenho, jogo, ilustração, original de arte, cartografias, música impressa, periódicos, microformas, recursos eletrônicos, neste último, descrevendo o tipo de recurso e o tamanho do arquivo, entre outros (AACR2, 2002; MEY; SILVEIRA, 2009).

Em seguida, sobre a **área de publicação, distribuição etc.** (1.4), de acordo com o AACR2 (2002), basicamente se refere aos seguintes itens descritivos:

- Indicação do local de publicação e distribuição (1.4C);
- Nome do editor, distribuidor⁴⁶ (1.4D);
- Função de editor, distribuidor (1.4E);
- Data de publicação, distribuição⁴⁷ (1.4F);
- Lugar de fabricação, nome do fabricante e data de fabricação (1.4G).

Continuando na catalogação da obra (figura 2) adotada como exemplo, a figura quatro (4) apresenta a área de publicação, representada por dados referentes ao local, ao nome do editor e a data da publicação, respectivamente (em vermelho).

Figura 4: Área da publicação

Sorte e arte : como foram feitas algumas reportagens que você leu
/ José Roberto de Alencar. – 4. ed., rev. e ampl. – **São Paulo : Ed.
Alfa-Omega, 1999.**

Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116.

A **área da descrição física** (1.5) apresenta características específicas do material, como quantidade de páginas, tamanho, peso, cores etc. Conforme o AACR2 (2002), esta área é catalogada a partir dos seguintes itens:

- Extensão do item⁴⁸ (1.5B), incluindo a designação específica do material e o número de unidades físicas do recurso, como páginas, volumes e partes;

⁴⁵ Não está expresso no exemplo exposto por se tratar de um livro físico. Mesmo assim, caso o DGM fosse apresentado, poderia ser adotado, por exemplo: Sorte e arte [texto] : como foram feitas algumas reportagens que você leu / José Roberto de Alencar (figura 3).

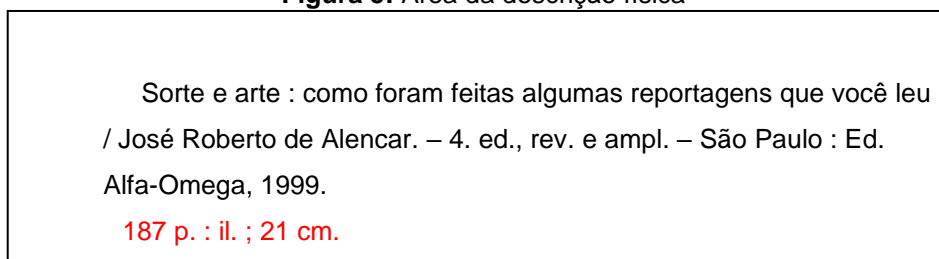
⁴⁶ Precedido por dois pontos para separá-lo do local de publicação (cidade : editora).

⁴⁷ Separado do nome da editora por vírgula (editora, data).

- Outros detalhes físicos (1.5C);
- Dimensões (1.5D);
- Material adicional (1.5E).

A figura cinco (5) exemplifica a **área da descrição física** (1.5), da obra de “Sorte e arte: como foram feitas algumas reportagens que você leu” (figura 2), a partir da extensão do item (quantidade de páginas), indicação de ilustração (outro detalhe físico) e a dimensão em centímetros, respectivamente (em vermelho).

Figura 5: Área da descrição física



Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116.

Sobre a **área da série** (1.6), utiliza-se todo o item como fonte de informação para criar um registro bibliográfico e seus elementos aparecem na catalogação de segundo nível. De acordo com o AACR2 (2002), esses elementos são:

- Título principal da série (1.6B);
- Títulos equivalentes (1.6C);
- Outras informações sobre o título, como subtítulo (1.6D);
- Responsabilidade pela série (1.6E);
- ISSN da série (1.6F);
- Número do item dentro da série (1.6G);
- Subsérie (1.6H);
- Outras indicações de série (1.6J).

⁴⁸ Apresenta-se o item página abreviado pela letra “p”, separado dos demais elementos da área por um espaço e dois pontos (:), com um espaço antes e depois. Enquanto os demais elementos são separados por ponto e vírgula (;), com um espaço antes e depois.

Como exemplo, a figura seis (6) apresenta a descrição da obra (figura 2) pela área 1.6 a partir dos seguintes elementos, respectivamente (em vermelho): título principal da série, número da série e o volume do item.

Figura 6: Área da série

Sorte e arte : como foram feitas algumas reportagens que você leu
/ José Roberto de Alencar. – 4. ed., rev. e ampl. – São Paulo : Ed.
Alfa-Omega, 1999.
187 p. : il. ; 21 cm. – (Biblioteca Alfa-Omega de cultura universal ;
2 ; v. 62).

Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116.

Na sequência, a **área das notas** (1.7) é composta por informações adicionais que possam interessar ao usuário quanto a descrição da obra. Como exemplos de notas estão a periodicidade, a tradução, conteúdos, resumos entre outras.

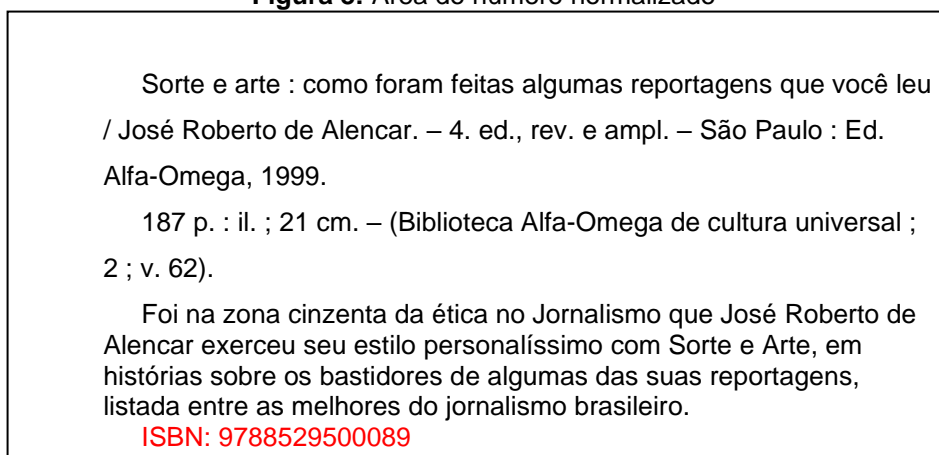
Figura 7: Área das notas

Sorte e arte : como foram feitas algumas reportagens que você leu
/ José Roberto de Alencar. – 4. ed., rev. e ampl. – São Paulo : Ed.
Alfa-Omega, 1999.
187 p. : il. ; 21 cm. – (Biblioteca Alfa-Omega de cultura universal ;
2 ; v. 62).
Foi na zona cinzenta da ética no Jornalismo que José Roberto de
Alencar exerceu seu estilo personalíssimo com Sorte e Arte, em
histórias sobre os bastidores de algumas das suas reportagens,
listada entre as melhores do jornalismo brasileiro.

Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116; Estante Virtual, 2018.

A **área do número normalizado e das modalidades de aquisição** (1.8) é específica para a apresentação do ISBN correspondente ao registro bibliográfico, como apresentado na figura oito (8) (em vermelho), referente à obra “Sorte e arte: como foram feitas algumas reportagens que você leu” (figura 2).

Figura 8: Área do número normalizado



Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116; Estante Virtual, 2018.

2.3.2 Parte II: pontos de acesso, títulos uniformes, remissivas

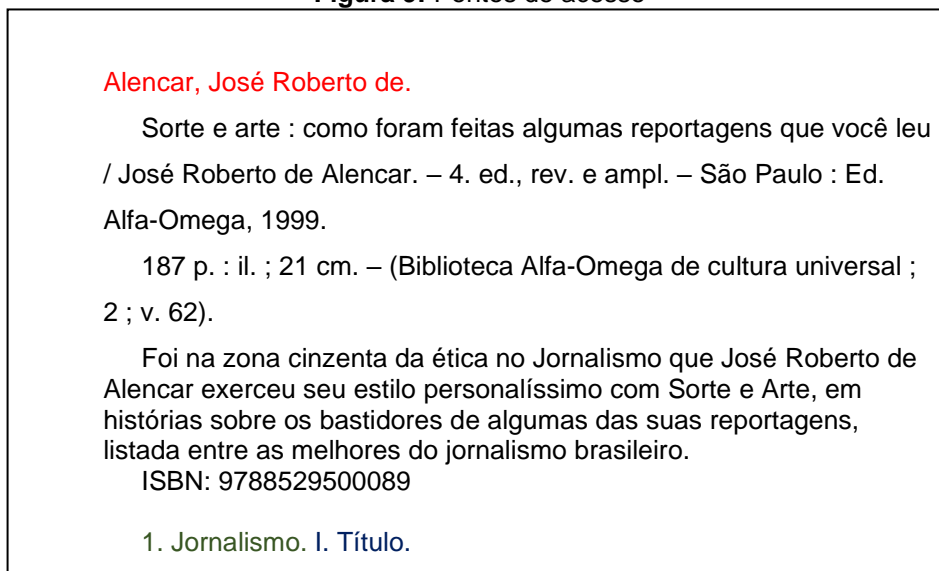
No que se refere à segunda parte do AACR2, o código aborda pontos de acesso, títulos uniformes e remissivas, apresentando as regras a partir do capítulo 20 e assim sucessivamente. Com base no AACR2 (2002), esses elementos são:

20. Introdução (parte II);
21. Escolha dos pontos de acesso;
22. Cabeçalhos para pessoas;
23. Nomes geográficos;
24. Cabeçalhos para entidades;
25. Títulos uniformes;
26. Remissivas.

De acordo com a Declaração dos Princípios Internacionais de Catalogação, os pontos de acesso são elementos que possibilitam a recuperação confiável dos registros e que, conseqüentemente, limitam os resultados de buscas (FONTE, 2009). Os pontos de acessos são a parte da catalogação que permitirá que os usuários acessem o recurso no catálogo, uma vez que são responsáveis por atribuir características aos recursos e reuni-los por suas semelhanças, via indicações de responsabilidade (títulos e suas variações) e assuntos (MEY; SILVEIRA, 2009). A figura nove (9) exemplifica os pontos de acesso da obra “Sorte e arte: como foram feitas algumas reportagens que você leu”, sendo o principal pelo autor da obra (em

vermelho) e o secundário pelo título (em azul). Além disso, a obra pode ser acessada pelos assuntos da obra (em verde), também a partir de fichas secundárias, neste caso, pelo termo “jornalismo”.

Figura 9: Pontos de acesso



Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116; Estante Virtual, 2018.

Na parte II do AACR2, além de um índice cumulativo dos volumes um (1) e dois (2), ou seja, de todo o código, encontram-se seis apêndices que auxiliam na descrição de recursos, assim como na compreensão do próprio código. Os referidos apêndices são sobre: maiúsculas e minúsculas (A); abreviaturas (B); numerais (C); glossário (D); artigos iniciais (E); e um apêndice em relação à tradução brasileira (F), objetivado em padronizar as entradas para nomes em de língua portuguesa (AACR2, 2002).

Em complemento aos pontos de acesso, a catalogação também compreende os dados de localização do recurso que foi registrado, comumente denominado de número de chamada. Será por meio desse número de chamada que o usuário localizará a obra identificada no catálogo. Refere-se a um código formado por uma notação de assunto, por uma notação de autor e demais elementos que possam distingui-lo das demais obras. A forma de elaborar esse código permite que não existam dois números de chamada idênticos em um mesmo acervo (MEY; SILVEIRA, 2009).

Cada número de chamada estará em uma área do conhecimento específica, que por sua vez é atribuída conforme os sistemas de classificação bibliográfica. No caso da figura 10 foi adotada a Classificação Decimal Universal (CDU) para classificar a obra e definir a sua representação notacional (em azul), especificamente na área da Literatura pela notação “869.0”.

Outra parte do número de chamada que deve ser mencionado refere-se à localização da obra na estante a partir de mais uma notação (em vermelho), desenvolvida conforme a orientação da tabela de Cutter que, no caso da figura 10, está explicada pela representação “A368s”. Essa notação é composta por três partes, sendo a primeira pela letra inicial “A”, correspondente ao sobrenome do autor, a segunda pelo número “368”, atribuído ao sobrenome do autor na Tabela de Cutter⁴⁹, e a terceira pelo “s”, referente a letra inicial da primeira palavra do título, apresentada em minúsculo.

Figura 10: Número de chamada

<p>A368s Alencar, José Roberto de.</p> <p>Sorte e arte : como foram feitas algumas reportagens que você leu / José Roberto de Alencar. – 4. ed., rev. e ampl. – São Paulo : Ed. Alfa-Omega, 1999.</p> <p>187 p. : il. ; 21 cm. – (Biblioteca Alfa-Omega de cultura universal ; 2 ; v. 62).</p> <p>Foi na zona cinzenta da ética no Jornalismo que José Roberto de Alencar exerceu seu estilo personalíssimo com Sorte e Arte, em histórias sobre os bastidores de algumas das suas reportagens, listada entre as melhores do jornalismo brasileiro.</p> <p>ISBN: 9788529500089</p> <p>1. Jornalismo. I. Título. CDU 869.0</p>

Fonte: Ribeiro, 2002, p. 116; Estante Virtual, 2018.

Ao passo que o AACR foi sendo desenvolvido, chegando até a segunda versão, adotada na contemporaneidade, os avanços tecnológicos foram surgindo, conseqüentemente, trazendo influências na forma de catalogar. Neste sentido, a partir da segunda metade do século XX, tornou-se perceptível o acontecimento de mudanças nas bibliotecas, inclusive no processamento técnico dos materiais que formam um acervo, como o uso da catalogação automatizada. Neste paralelismo,

⁴⁹ Site: <http://203.241.185.12/asd/board/Author/upfile/abcd.htm>.

entre a tecnologia e a catalogação, menciona-se o surgimento do Projeto MARC na década de 1960, apresentado pelo IBICT (2012) como sendo um plano capitaneado pela LC com fins de realizar o intercâmbio de informações padronizadas e que, conseqüentemente, veio como opção para substituir as fichas catalográficas, registros que na época eram distribuídos pela LC às bibliotecas interessadas.

2.3.3 Formato MARC: catalogação automatizada

De forma ampla, o MARC seria “um ajuste dos recursos tecnológicos da época a catalogação tradicional” (BRUNA; ALVES, 2011, p. 6) e que teve como objetivo básico a reutilização de descrições bibliográficas nos diferentes processos realizados em uma biblioteca. Seria uma espécie de normatização da estrutura dos registros a fim de facilitar o intercâmbio de informações e a independência dos dados bibliográficos em relação aos sistemas de informação (ASSUMPÇÃO, 2015).

A partir do projeto MARC, em seguida, foi elaborado o MARCII por meio de cooperação da LC com a *British Library*⁵⁰, tornando-se a base para uma pluralidade de outros formatos em todas as partes do mundo, tais como: CAN/MARC no Canadá, MONOCLE na França, MARCAL na América Latina, o CALCO brasileiro e um formato universal chamado de UNIMARC (MEY; SILVEIRA, 2009). Após diversas revisões foi publicada, em 1999, a versão que se destacou internacionalmente, denominada de MARC21 e que adota uma rotulação em simbologia a chegada do século XXI (IBICT, 2012). Entretanto, deve-se salientar que o MARC não pode ser entendido como um programa de gerenciamento computacional, mas como um padrão de entradas de informações bibliográficas em computador (MEY; SILVEIRA, 2009), ou seja, o formato foi criado de modo a complementar o AACR. Conseqüentemente, todas as áreas do código estão contempladas nos campos do MARC, abrangendo a variedade de materiais mencionados no código, entre livros, manuscritos, arquivos de computador, mapas, músicas, recursos audiovisuais e periódicos (IBICT, 2012). Outra intenção do projeto MARC foi permitir certa flexibilização do formato para que pudesse atender a diversos aplicativos/catálogos, ou seja, outros sistemas (MEY; SILVEIRA, 2009).

⁵⁰ Site: <https://www.bl.uk/>.

O MARC mostra justamente que não se trata apenas de um programa computacional, ou seja, de que a descrição não se limita à transferência de dados, de um registro bibliográfico, para um computador por meio da simples digitação. Precisa-se de uma forma em que a máquina possa interpretar os dados de cada bibliografia, decifrando-os como um registro (figura 11), e este meio é o MARC (FURRIE, 2006).

Figura 11: Registro de livro em formato MARC21

```
LÍDER *****nam##22*****#a#4500
001 <número de controle>
003 <identificador do número de controle>
005 19920331092212.7
008 820305s1991####nyu#####001#0#eng## - Livro (BK)
020 ## $a 0845348116
020 ## $a 0845348205 (broch..)
040 ## $a <código da instituição> $c <código da instituição>
082 04 $a 791.45750973 $2 19
090 ## $a <número de classificação> $b <número do Cutter> $c <número de edição da obra> $d <informação da coleção>
100 1# $a Terrace, Vincent, $d1948-
245 10 $a Fifty years of television : $b a guide to series and pilots, 1937-1988 / $cVincent Terrace.
246 1# $a 50 years of television
260 ## $a New York : $b Cornwall Books, $c c1991.
300 ## $a 864 p. ; $c24 cm
500 ## $a Inclui índice.
650 04 $a Programa de televisão $z Estados Unidos $x Catálogos.
650 04 $a Seriadados de televisão $z Estados Unidos $x Catálogos.
```

Fonte: Maranhão e Mendonça, 2017.

Um registro bibliográfico em formato MARC21 (figura 11) é composto por três elementos: líder, diretório e campos variáveis. O líder possibilita o processamento do registro a partir de números e códigos que são identificáveis pela sua posição na sequência de caracteres. O líder corresponde ao primeiro campo de registro formado por 24 caracteres (LÍDER), trazendo informações sobre o tamanho do registro, status do registro no sistema, tipo de registro, nível bibliográfico, tipo de controle, esquema de codificação de caractere, número de indicadores, número de subcampos, endereço dos dados, nível de codificação, forma de catalogação descritiva, nível de registro de recurso em várias partes, tamanho da parte correspondente ao tamanho do campo, tamanho da posição do caractere de início, tamanho da parte definida para implementação e entrada não definida. No caso do diretório, apresenta entradas de tamanho fixo para cada campo variável, possuindo 12 posições e três partes, sendo elas a *tag*, o tamanho do campo e a posição inicial do campo. Quanto ao terceiro elemento de um formato MARC, isto é, os campos

variáveis, são os locais de preenchimento de dados do tipo código da agência catalogadora, data e hora da última atualização, autor, título, ISBN etc., que por sua vez são subdivididos em subcampos (MARANHÃO; MENDONÇA, 2017). Os campos variáveis são representações de três dígitos, seguidas pelo nome do campo que representam (FURRIE, 2003), como exemplificado na figura 10 pela *tag* “020”, que por sua vez tem o seu campo denominado como “número normalizado” e representado pelo número “0845348116”. A *tag* “020” é uma especificação do campo maior, o “0XX”, correspondente aos campos de controle. Além dessa *tag*, as demais e suas correspondentes descrições estão apresentados no quadro dois (2).

Quadro 2: *Tags* básicas do formato MARC21

CAMPO/TAG	DESCRIÇÃO
0XX	Informações de números e códigos
1XX	Entrada principal
2XX	Título, edição, publicação, distribuição etc.
3XX	Descrição física
4XX	Indicação de série
5XX	Notas
6XX	Assuntos
7XX	Entradas secundárias
8XX	Entradas secundárias – série
9XX	Uso local

Fonte: Ribeiro, 2002.

Ainda sobre os campos variáveis no formato MARC 21, dispõem-se de dois tipos: campos fixos de controle e campos de dados. Os chamados campos fixos de controle contêm informações codificadas e que são usadas no processamento dos registros, assim como não apresentam subcampos (ALVES; SOUZA, 2007), como os campos “001”, “003” e “005”, exemplificados na figura 10. Esses campos tratam, respectivamente, do número de controle do registro, do código MARC da agência catalogadora e da data e da hora da última atualização feita no registro.

No caso dos campos de dados, como um dos tipos de campos variáveis, a partir da *tag* “010” subdividem-se em subcampos, precedidos por um delimitador e um código de subcampo (ALVES; SOUZA, 2007). Ou seja, os campos de dados correspondem a áreas do AACR2 relacionadas aos dados propriamente ditos do registro, e não de controle do sistema, como as *tags* “100” (entrada principal por nome pessoal), “245” (título principal) e 300 (descrição física), exemplificadas na figura 11.

Após os três dígitos das *tags* seguem-se duas posições independentes de caracteres, denominadas de indicadores, e que podem ser utilizadas uma ou ambas com números de zero (0) a nove (9). Os indicadores complementam os dados registrados e apresenta diferentes significados ao conteúdo, de acordo com o campo que está associado (ALVES; SOUZA, 2007). Como exemplo, pode-se citar os indicadores do campo referente ao título (245), organizados em duas casas (indicador 1 e indicador 2). Neste caso, enquanto o primeiro indicador informa se haverá ou não entrada principal pelo título, ou seja, zero (0) se houver e o número (1) se não, o segundo indicador informa o número de caracteres a serem ignorados no caso de títulos iniciados por artigos (figura 12).

Figura 12: Indicadores do campo título no formato MARC21

245 10 \$a Fifty years of television : \$b a guide to series and pilots, 1937-1988 / \$cVincent Terrace.
--

Fonte: Maranhão e Mendonça, 2017.

Conforme a figura 12, a *tag* “245”, correspondente ao título principal da obra apresentado na figura 11, não possui entrada principal pelo título, definindo o caractere “1” no indicador um (1), enquanto que no indicador dois (2) informa que não existem caracteres a serem ignorados, registrado pelo dígito “0”. Em suma, o título principal está representado pela sequência “245 1 | 0”.

Continuando sobre os elementos que constituem os campos de dados, o delimitador é composto por um símbolo que separa os diferentes subcampos, identificados por letras (ALVES; SOUZA, 2007). Na figura 11, por exemplo, são apresentados três subcampos da *tag* “245”, identificados pelo delimitador (\$) e pelos códigos, “a”, “b” e “c”, indicando, respectivamente, o título principal, o subtítulo e a indicação de responsabilidade.

Em complemento aos campos e aos indicadores são empregados, para maior compreensão e detalhamento dos dados, subcampos na maioria dos campos existentes. Os subcampos são caracterizados por códigos, enquanto letras minúsculas, precedidas por um caractere escolhido pelo sistema, que pode ser arroba (@), cifrão (\$), subtraço (_) etc. (FURRIE, 2006).

Os elementos apresentados para uma descrição no MARC21, entre líder, diretório e campos, são a base para realizar a catalogação em qualquer nível. Entretanto, focando na realização em primeiro nível (figura 1), considerada como a

mais usual, devem ser adotados campos básicos, elencados no quadro três (3) em correspondência aos seus elementos no AACR2.

Quadro 3: Campos básicos correspondentes entre MARC21 e AACR2

MARC21		AACR2
Tag	Campo	Elemento de área
020 022	ISBN ISSN	Número normalizado
100 110	Nome pessoal Entidade	Primeira indicação da responsabilidade
245 246	Título principal Formas variantes do título	Título principal
250	Edição	Edição
254 255 256	Indicação de apresentação/ música Dados matemáticos/ material cartográfico Características/ recursos eletrônicos	Detalhes específicos do material
260	Publicação, distribuição etc.	Primeiro editor e data da publicação
300	Descrição física	Extensão do item
500 505 520 538	Nota geral Nota de conteúdo Nota de resumo Nota de detalhes do sistema	Notas
700 710 730	Entrada secundária – Nome pessoal Entrada secundária – Entidade Entrada secundária – Título uniforme	-

Fonte: Maranhão e Mendonça, 2017; Anzolin, 2007.

Na prática, os campos básicos no MARC21, mencionados no quadro três (3), estão apresentados na figura 13, como resultado de um registro eletrônico de um livro, e estruturados pela sequência *tag*, dois indicadores, delimitador, subcampo e o dado em si.

Figura 13: Registro em formato MARC21

020 [##] \$a 8535900292
100 [1#] \$a Vázquez Montalbán, Manuel.
245 [12] \$a O quinteto de Buenos Aires / \$c Manuel Vázquez Montalbán ; tradução: Eduardo Brandão.
260 [##] \$a São Paulo : \$b Companhia das Letras, \$c 2000.
300 [##] \$a 458 p.
500 [##] \$a Romance policial, com o detetive Pepe Carvalho.
700 [1#] \$a Brandão, Eduardo.

Fonte: Mey, 2003, p. 13.

Os dados do registro bibliográfico exemplificado na figura 12 estão esmiuçados no quadro quatro (4), conforme as correspondentes *tags* e subcampos necessários para a realização da catalogação, neste caso, de forma eletrônica.

Quadro 4: Campos básicos correspondentes entre MARC21 e AACR2

TAG	CAMPO	INDICADORES	SUBCAMPO	DADO
020	ISBN	# #	\$a – número do ISBN	8535900292
100	Entrada principal	1 #	\$a nome pessoal	Vázquez Montalbán, Manuel
245	Título principal	1 2	\$a título principal; \$c indicação de responsabilidade	O quinteto de Buenos Aires / Manuel Vázquez Montalbán ; tradução: Eduardo Brandão
260	Imprensa	# #	\$a lugar de publicação; \$b nome do editor; \$c data de publicação	São Paulo : Companhia das Letras, 2000
300	Descrição física	# #	\$a extensão	458 p.
500	Nota geral	# #	\$a nota geral	Romance policial, com o detetive Pepe Carvalho
700	Entrada secundária	1 #	\$a nome pessoal	Brandão, Eduardo

Fonte: Maranhão e Mendonça, 2007; Mey, 2003.

Criado como uma forma de ajustar a (tradicional) catalogação por fichas catalográficas, seguindo o AACR2, e acompanhar os adventos tecnológicos, o MARC21 torna os registros legíveis por computadores, além de facilitar o intercâmbio de dados entre bibliotecas. Entretanto, por ter sido pensado para replicar uma ficha catalográfica ao formato digital, apresenta características que também devem ser atualizadas para se adequarem às atuais exigências tecnológicas e perfis dos usuários, como representar mais fielmente os materiais de cunho nativo digital, ser mais flexível e ampliar as estratégias de recuperação, iniciativas incorporadas na realização do AACR3, oficialmente chamado de RDA.

2.4 RDA: novos rumos da catalogação

Os eventos da IFLA objetivam aumentar a capacidade de compartilhar informações de catalogação em todo mundo a partir de novos padrões. Foram examinadas as principais semelhanças e diferenças entre os variados códigos utilizados na Europa, América Latina, Oriente Médio, Ásia e África (IFLA, 2003). Os esforços despendidos resultaram na publicação do RDA em 2011, como o novo código de catalogação, que por sua vez substituiria o vigente até então, o AACR2.

Apesar de sua relação com o AACR2, o novo código foi projetado para o ambiente digital, o que permitiria maior abrangência de suportes, além de estar baseado numa estrutura teórica que define tanto a sua forma, quanto a sua estrutura e o seu conteúdo. Como dito anteriormente, essa base teórica está em correspondência com os modelos conceituais FRBR e *Functional Requirements for Authority Data*⁵¹ (FRAD), aos quais proporcionam ao novo código um processo de descobrimento de recursos que seja melhor para o usuário (OLIVER, 2011), ou seja, mais fidedigno as necessidades apresentadas. Nessa aproximação ao escopo digital, o grupo *Joint Steering Committee for Development of RDA* (2007) defende que o código reconhece um novo ambiente digital baseado na *web*, onde as bibliotecas estão inseridas, contemplando relações entre criadores e usuários de metadados fora do espaço físico da biblioteca. O comitê também identifica a integração de registros com outros, produzidos pelos mais variados produtores de metadados, devido ao fato de ter sido desenvolvido com base em grupos externos e internos à comunidade bibliotecária. Assumpção (2014) resume, assim, o RDA como um código de catalogação voltado ao ambiente digital, que possibilita a descrição de de todo tipo de conteúdo e de mídia e extrapola o ambiente da biblioteca.

A abrangência permite que autores como Cotoner Cerdó (2017) asseverem que o RDA é um código flexível que se adapta a qualquer recurso, seja analógico ou digital, ou mesmo de uma tecnologia futura. Oliver (2011) destaca a flexibilidade na maneira de registrar os dados, uma vez que não está preso a um único esquema de codificação, inclusive em correspondência ao modelo vigente, o MARC21, ou a outros que venham a ser lançados. Tillet (2007) afirma que a flexibilidade do RDA o mostra como um código independente quanto ao formato de exibição de seus dados, ou seja, podendo ser exibidos em *Online Public Access Catalog* (OPAC)⁵² ou pelas *Internacional Standard Bibliographic Description* (ISBD)⁵³. Da mesma forma, Assumpção e Santos (2009) destacam a adaptabilidade do RDA aos diversos ambientes tecnológicos, abrangendo todo tipo de conteúdo e mídia, devido ao seu alinhamento com outros modelos conceituais.

⁵¹ Traduzido como Requisitos Funcionais para Dados de Autoridade, o FRAD é uma extensão do modelo FRBR para autoridade e que serve para dar suporte às tarefas do usuário, demonstrando os diversos tipos de dados de autoridade (OLIVER, 2011).

⁵² É uma ferramenta de armazenamento e recuperação de informações variadas, em formatos eletrônicos, de determinada biblioteca (QUEIROZ; ARAUJO, 2013).

⁵³ Descrição Bibliográfica Internacional Normalizada é um instrumento de comunicação internacional de informação bibliográfica a partir de padrões estabelecidos para dados bibliográficos de diferentes tipos de materiais e suportes (CUNHA, 1979; MORENO, 2011).

Parece que o RDA vai ao encontro dos recentes usuários de unidades de informações, cada vez mais independentes e fomentados pelas múltiplas “facilidades” proporcionadas pela Internet, apresentando uma realidade em linhas com a necessidade de atualizações nos serviços ofertados, especialmente quanto a navegação, a recuperação e ao acesso de recursos. Oliver (2011) destaca o foco no usuário ao realizar descrições de materiais, especificamente nas chamadas tarefas de usuário, as quais diferem-se para cada tipo de dados. Neste caso, as tarefas de usuário estão formalizadas a partir dos seguintes objetivos e princípios funcionais, apresentados na seção um (1) do RDA, a saber:

- a) *Encontre* manifestações e itens que correspondem aos critérios de pesquisa declarados pelo usuário;
- b) *Identifique* a manifestação descrita (isto é, confirmar que a manifestação descrita corresponde à manifestação desejada, ou distinguir entre duas ou mais manifestações com características iguais ou semelhantes);
- c) *Selecione* uma manifestação adequada aos requisitos do usuário com relação às características físicas da operadora e à formatação e codificação das informações armazenadas na operadora;
- d) *Obtenha* uma manifestação (ou seja, adquirir uma manifestação por meio de compra, empréstimo, etc. ou acessar uma manifestação eletronicamente por meio de uma conexão on-line com um computador remoto). (OLIVER, 2011, p. 20, destaques da autora)

Ao apresentar objetivos e princípios funcionais, o RDA está constantemente advertindo ao catalogador a importância do possível vínculo entre os dados que serão registrados e o usuário. Para Oliver (2011), compreender o RDA desta forma é afirmar que as instruções do código são orientações práticas para que o catálogo possa responder às necessidades do usuário de forma concreta.

Quanto as descrições físicas de materiais no RDA, as representações são ampliadas para qualquer tipo de recurso e conteúdo, ou seja, as informações referentes a Designação Geral do Material (DGM), do AACR2, são substituídas por elementos que descrevem os tipos de conteúdo, de mídia e de suporte do recurso, o que permite uma maior variedade de combinações de dados e amplia as possibilidades de descoberta de recursos pelos usuários, inclusive adotando as características desses recursos como filtros de busca. Os três tipos de elementos também estão em acordo com os FRBR, pois o tipo de conteúdo é atributo da entidade expressão, enquanto os tipos de mídia e de suporte são atributos de manifestações (OLIVER, 2011). Como exemplos (quadro 5) dos três tipos de elementos, tem-se:

Quadro 5: Exemplos de tipos de conteúdo, mídia e suporte

TIPO	ELEMENTO
Conteúdo	Texto
	Imagem fixa
	Imagem em movimento bidimensional
	Programa de computador
Mídia	Sons
	Áudio
	Computador
	Microforma
	Vídeo
Suporte	Não-mediado
	Disco de áudio
	Recurso online
	Tira de microfilme
	Videodisco
	Folha

Fonte: Joint Steering Committee for Development of RDA, 2007.

Em suma, o RDA é um código de catalogação fundamentado nos FRBR, pensando para o ambiente digital. O código projeta-se em se adaptar a qualquer recurso, sendo flexível tanto na descrição dos próprios registros, bem como na exibição dos dados, o que, teoricamente, facilita a recuperação ao aproximar-se das necessidades dos usuários. Para tanto, o código se estrutura em seções a partir de uma caixa de ferramentas específicas para a realização dos registros, chamado de *RDA Toolkit*.

2.4.1 Estrutura: seções

O conteúdo integral do RDA está contemplado pela ferramenta *online RDA Toolkit*⁵⁴ (caixa de ferramentas do RDA), estruturado em 10 seções e 13 apêndices. De acordo com Hernández Maillo (2017), o *RDA Toolkit* é atualizado periodicamente, podendo ter incrementos anuais, especialmente quanto ao anexo de novos recursos nas seções de apêndices da ferramenta.

De maneira objetiva (figura 14), as seções de um (1) até a quatro (4) tratam dos elementos correspondentes aos atributos das entidades dos FRBR e do FRAD. A seção um (1) descreve os atributos de manifestações e itens mais usados para identificar e selecionar um recurso que atenda aos requisitos: do usuário, em relação a formato e codificação. Na sequência, a seção dois (2) descreve os atributos de obras e expressões mais usados para identificar e selecionar os requisitos mais

⁵⁴ Site: <http://access.rdatoolkit.org/>.

apropriados em relação ao conteúdo. Posteriormente, a seção três (3) descreve os atributos de indivíduos, famílias e entidades coletivas, que são mais comumente usados para identificá-los. No caso da seção quatro (4), descreve os atributos dos conceitos, objetos, eventos e lugares que são mais comumente usados para identificar essas entidades.

Figura 14: Sumário das seções no RDA Toolkit

The image shows a screenshot of the RDA Toolkit website's table of contents. At the top, there is a blue header with the text 'RDA TOOLKIT' and 'RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS' below it. Below the header, there are three tabs: 'RDA', 'TOOLS', and 'RESOURCES'. The 'RDA' tab is selected. Underneath, the text '- RDA' is followed by a list of sections: 'RDA Table of Contents', '+ 0: Introduction', '+ Section 1: Recording Attributes of Manifestation & Item', '+ Section 2: Recording Attributes of Work & Expression', '+ Section 3: Recording Attributes of Agents', '+ Section 4: Recording Attributes of Concept, Object, Event & Place', '+ Section 5: Recording Primary Relationships Between Work, Expression, Manifestation, & Item', '+ Section 6: Recording Relationships to Agents', '+ Section 7: Recording Relationships to Concepts, Objects, Events, & Places', '+ Section 8: Recording Relationships between Works, Expressions, Manifestations, & Items', '+ Section 9: Recording Relationships between Agents', and '+ Section 10: Recording Relationships between Concepts, Objects, Events, & Places'.

RDA TOOLKIT		
RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS		
RDA	TOOLS	RESOURCES
- RDA		
RDA Table of Contents		
+ 0: Introduction		
+ Section 1: Recording Attributes of Manifestation & Item		
+ Section 2: Recording Attributes of Work & Expression		
+ Section 3: Recording Attributes of Agents		
+ Section 4: Recording Attributes of Concept, Object, Event & Place		
+ Section 5: Recording Primary Relationships Between Work, Expression, Manifestation, & Item		
+ Section 6: Recording Relationships to Agents		
+ Section 7: Recording Relationships to Concepts, Objects, Events, & Places		
+ Section 8: Recording Relationships between Works, Expressions, Manifestations, & Items		
+ Section 9: Recording Relationships between Agents		
+ Section 10: Recording Relationships between Concepts, Objects, Events, & Places		

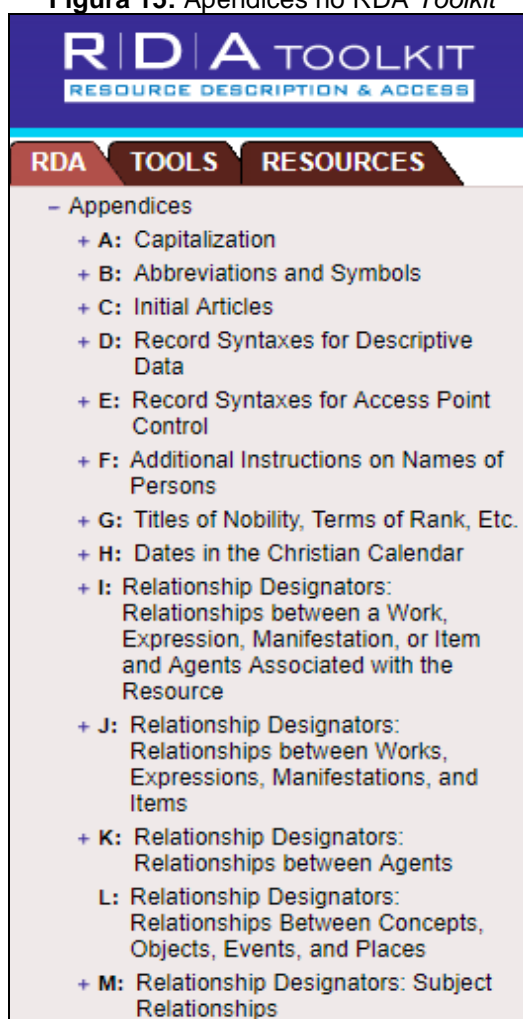
Fonte: RDA Toolkit, 2018.

As próximas seções, da sexta até a décima, descrevem os elementos que correspondem às relações entre as entidades. Especificamente, a seção cinco (5) descreve as relações primárias entre uma obra, expressão, manifestação e exemplar. Seguindo, a seção seis (6) descreve os relacionamentos usados para encontrar obras, expressões, manifestações e itens, associadas a uma pessoa, a uma família ou a uma entidade coletiva específica. No caso da seção sete (7), inclui os relacionamentos usados para encontrar obras em um tema específico. A seção

oito (8) descreve os relacionamentos usados para encontrar obras, expressões, manifestações e itens relacionados. Em seguida, a seção nove (9) descreve os relacionamentos usados para encontrar pessoas, famílias e entidades coletivas relacionadas. Por fim, a seção 10 descreve os relacionamentos usados para encontrar conceitos, objetos, eventos e lugares relacionados. Em suma, todas as seções estão contempladas na interface do RDA Toolkit⁵⁵ (figura 14).

Quanto aos apêndices (figura 15), tratam de elementos que ampliarão a descrição bibliográfica, determinando como, por exemplo, o uso de letras maiúsculas, de abreviaturas e/ou de artigos, assim como registrar nomes de pessoas de acordo com os idiomas, além de fornecer informações sobre o registro de datas e termos usados como designadores com fins de indicar a natureza dos relacionamentos, entre outras recomendações.

Figura 15: Apêndices no RDA Toolkit



Fonte: RDA Toolkit, 2018.

⁵⁵ Site: <https://access.rdatoolkit.org/>.

Ainda destaca-se que nos apêndices encontram-se as instruções referentes a codificação e a apresentação dos dados (OLIVER, 2011). Referendando, apesar do RDA não ser focado na apresentação dos dados, trazendo certa independência quanto a essa exibição, o RDA *Toolkit* fornece o apêndice D (*Record Syntaxes for Descriptive Data*) (figura 15), responsável em instruir a apresentação de dados segundo a ISBD (ASSUMPÇÃO; SANTOS, 2009).

Diante de alterações no código anterior, no RDA entende-se não ser mais necessário separar a descrição por níveis, mas elencar quais os elementos são essenciais para uma descrição mínima exigida, enquanto os demais elementos tornam-se necessários apenas na falta de alguma informação considerada importante ou no intento de evitar ambiguidades (COTONER CERDÓ, 2017). Assim, no RDA, os elementos essenciais para a confecção de um registro bibliográfico são:

- Título preferido;
- Primeira menção de responsabilidade;
- Designação da edição;
- Designação de uma revisão de uma edição;
- Numeração de publicações em série;
- Menção de produção;
- Primeiro lugar de publicação;
- Nome do primeiro editor;
- Data de publicação;
- Título preferido da coleção/subcoleção;
- Número da coleção/subcoleção;
- Identificador da manifestação;
- Tipo de suporte;
- Extensão (COTONER CERDÓ, 2017).

Como exemplo de um registro catalogado conforme a caixa de ferramentas RDA *Toolkit*⁵⁶, especificamente da obra intitulada “*Encoding across frontiers*”, o quadro seis (6) apresenta a descrição a partir da referência de instrução (REF), dos elementos do RDA e dos dados do registro em si.

⁵⁶ Site: http://www.rdatoolkit.org/sites/default/files/examples_of_rda_bibliographic_records_0.pdf.

A partir do registro apresentado no quadro seis (6) é possível observar que, em sua maioria, os dados foram registrados da mesma forma como no AACR2. Contudo, existe maior detalhamento e individualização de cada campo no RDA, como a apresentação de dados sobre a extensão e a dimensão do recurso separadamente, enquanto no AACR2, ambos permanecem no mesmo campo. Além disso, no RDA há novos itens, especificamente relacionados a obras, manifestações, expressões e itens, com fins de adequarem-se aos FRBR, como é o caso dos elementos “obra manifestada” (17.8) e “manifestação relacionada” (27.1), permitindo, inclusive, representar relações entre os itens supracitados.

Quadro 6: Exemplo de registro pelo RDA *Toolkit*

RDA (REF)	ELEMENTOS RDA	REGISTRO DE DADOS
2.3.2	Título preferido	Encoding across frontiers
2.3.4	Outras informações do título	Proceedings of the European Conference on Encoded Archival Description and Context (EAD and EAC), Paris, France, 7-8 October 2004
2.3.6	Título alternativo	Proceedings of the European Conference on Encoded Archival Description and Context (EAD and EAC), Paris, France, 7-8 October 2004
2.4.2	Indicação de responsabilidade relativa ao título	Bill Stockting, Fabienne Queyroux, editors
2.8.2	Lugar de publicação	Nova York
2.8.2	Lugar de publicação	Londres
2.8.2	Lugar de publicação	Victoria (AU)
2.8.4	Nome do publicador	The Haworth Information Press, impressão de The Haworth Press, Inc.
2.8.6	Data de publicação	Data de publicação não identificada
2.11	Data de copyright	©2005
2.13	Modo de emissão	Unidade única
2.15	Identificador da manifestação	ISBN 978-0-7890-3026-9
2.15	Identificador da manifestação	ISBN 0-7890-3026-8
2.15	Identificador da manifestação	ISBN 978-0-7890-3027-6 (brochura)
2.15	Identificador da manifestação	ISBN 0-7890-3027-6 (brochura)
3.2	Tipo de mídia	Sem mídia
3.3	Tipo de suporte	Volume
3.4	Extensão	286 páginas
3.5	Dimensão	22 cm
4.3	Informações de contato	http://www.HaworthPress.com
6.9	Tipo de conteúdo	Texto
7.12	Idioma do conteúdo	Inglês
7.15	Conteúdo ilustrativo	Ilustrações
7.16	Conteúdo suplementar	Inclui referência bibliográfica e índice

17.8	Obra manifestada ⁵⁷	European Conference on Encoded Archival Description and Context (EAD and EAC) (2004 : Paris, France). Encoding across frontiers
19.2	Criador	European Conference on Encoded Archival Description and Context (EAD and EAC) (2004 : Paris, France)
20.2	Contribuidor	Stockting, Bill
18.5	Designação de relação	Editor de compilação
20.2	Contribuidor	Queyroux, Fabienne
18.5	Designação de relação	Editor de compilação
27.1	Manifestação relacionada	"Co-publicado simultaneamente em Journal of archival organization, volume 3, numbers 2/3 2005"

Fonte: RDA Toolkit, 2016

A aproximação entre o AACR2 e o RDA pode ser visto também entre as *tags* do MARC21 e do próprio RDA (quadro 7), apresentando campos correspondentes, como é o caso das *tags* "2.15" no RDA e "02" do ISBN no MARC21. Além disso, a flexibilidade entre os campos pode ser verificada entre as *tags* "264" do MARC21 e "2.8.2", "2.8.4" e "2.8.6" do RDA etc., apresentando uma possibilidade de ampliação na descrição de uma obra.

Quadro 7: Exemplo de registro no MARC 21 à luz do RDA

RDA	MARC 21			
Tag	Tag	Campo	Indicadores	Registro de dados
2.15	020	ISBN	##	\$a 9780789030269
2.15	020	ISBN	##	\$a 0789030268
2.15	020	ISBN	##	\$a 9780789030276 (brochura)
2.15	020	ISBN	##	\$a 0789030276 (brochura)
4.3	037	Fonte de aquisição	##	\$b http://www.HaworthPress.com
	040	Fonte de catalogação - convenções de descrição		\$e rda
19.2	111	Entrada principal - nome da reunião	2#	\$a European Conference on Encoded Archival Description and Context (EAD and EAC) \$d (2004 : \$c Paris, França)
2.3.2 2.3.4	245	Título principal	10	\$a Encoding across frontiers : \$b proceedings of the European Conference on Encoded Archival Description and Context (EAD and EAC), Paris, France 7-8 October 2004 / \$c Bill Stockting, Fabienne Queyroux, editores.
2.3.6	246	Formas variantes do título	30	\$a Proceedings of the European Conference on Encoded Archival Description and Context (EAD and EAC), Paris, France 7-8 October 2004
2.8.2 2.8.4 2.8.6	264	Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação e Nota de Copyright	#1	\$a Nova York ; \$a Londres ; \$a Victoria (AU) : \$b The Haworth Information Press, impressão de The Haworth Press, Inc., \$c [data de publicação não identificada].
2.11	264	Produção, Publicação, Distribuição, Fabricação e Nota de Copyright	#4	\$c ©2005

⁵⁷ Sem elemento equivalente no formato MARC21.

3.4 3.5 7.15	300	Descrição física	##	\$a 286 páginas ; \$b ilustrações ; \$c 22 cm
6.9	336	Tipo de conteúdo	##	\$a texto \$b txt \$2 rdacontent
3.2	337	Tipo de mídia	##	\$a sem mídia \$b n \$2 rdamedia
3.3	338	Tipo de suporte	##	\$a volume \$b nc \$2rdacarrier
7.12	546	Nota de idioma	##	\$a Inglês
27.2	500	Nota geral	##	\$a "Co-publicado simultaneamente em Journal of archival organization, volume 3, numbers 2/3 2005."
7.16	504	Nota de bibliografia	##	\$a Inclui referência bibliográfica e índice
20.2 18.5	700	Entrada secundária - nome pessoal	1#	\$a Stockting, Bill, \$e editor de compilação
20.2 18.5	700	Entrada secundária - nome pessoal	1#	\$a Queyroux, Fabienne, \$e editor de compilação

Fonte: RDA Toolkit, 2016.

Apesar do RDA ser um reflexo dos modelos conceituais FRBR e FRAD, bem como das tarefas de usuários, orientados sob as relações entre obras, expressões, manifestações e itens, deve-se salientar que, quando se pensa em uma migração de registros do RDA para o formato MARC21, algumas mudanças se fizeram necessárias. Conforme Oliver (2011) as adequações ao MARC21 garantem a preservação dos dados bibliográficos e evitam ambiguidades, especialmente a partir do acréscimo de novos campos como é o caso das *tags* "2.8.2", "2.8.4" e "2.8.6", antes apresentado como "264" no MARC21.

De forma ampla, as modificações presentes no RDA, em relação ao código anterior, se dão pela necessidade de ter uma normativa harmônica aos FRBR, o que contribui na identificação dos atributos e nas relações na modelagem dos FRBR, bem como facilitar as tarefas dos usuários na recuperação de informações.

2.4.2 FRBR: modelo conceitual

O modelo conceitual desenvolvido pela IFLA tem, inicialmente, dois objetivos claros: primeiro, adequar os dados dos registros bibliográficos às necessidades dos usuários, analisando quais são os dados necessários para que o usuário realize suas buscas e, conseqüentemente, quais informações eles esperam encontrar; e em segundo lugar, recomendar às agências bibliográficas nacionais um nível básico de funcionalidades desses registros (MEY; SILVEIRA, 2009).

Por ser um modelo do tipo MER, o ponto de partida dos FRBR são os usuários e suas necessidades, que podem ser definidas quanto as possíveis tarefas a serem realizadas pelos mesmos, como a navegação entre registros,

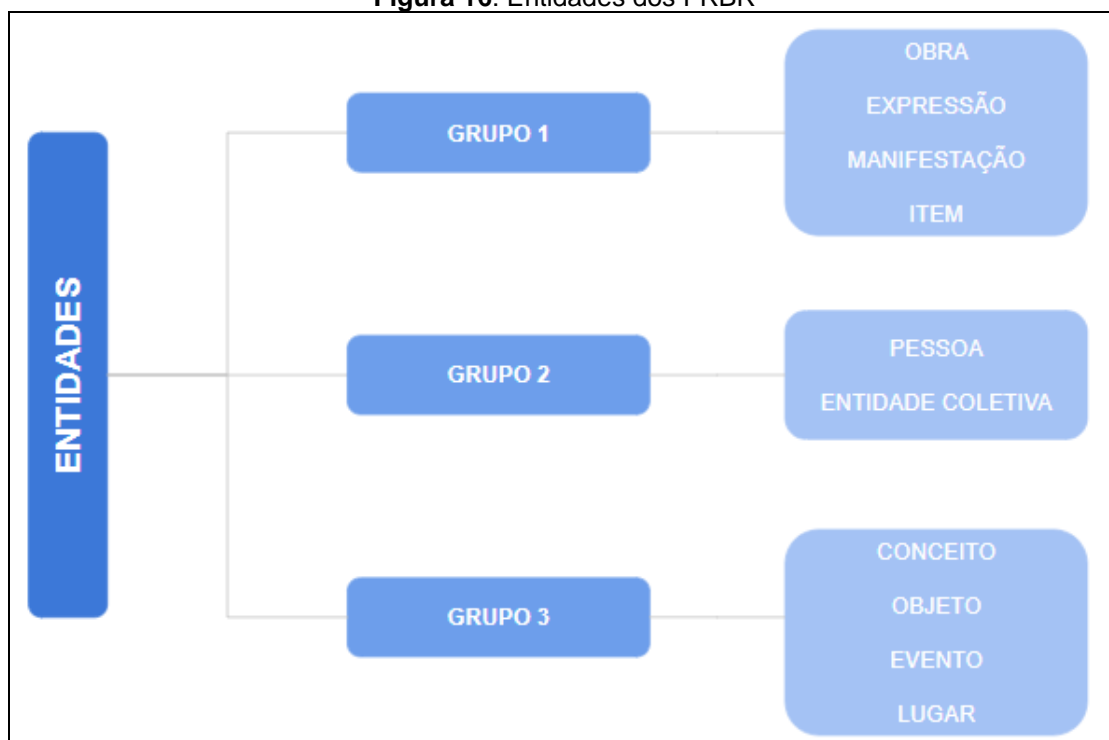
especialmente pelo grande volume de dados (OLIVER, 2011). Para tanto, o grupo de estudos dos FRBR definiram quatro tarefas de usuário básicas no encontro aos dados bibliográficos almejados, a saber:

1. **Encontrar:** entidades que correspondam aos critérios de busca formulados pelo usuário (isto é, localizar tanto uma única entidade quanto um conjunto de entidades num arquivo ou base de dados como resultados de uma busca que empregue um atributo ou relação da entidade);
2. **Identificar:** uma entidade (isto é, confirmar que a entidade descrita corresponde à entidade procurada, ou distinguir entre duas ou mais entidades com características similares);
3. **Selecionar:** uma entidade que seja apropriada às necessidades do usuário (isto é, escolher uma entidade que atenda aos requisitos do usuário no que se refere a conteúdo, formato físico, etc., ou recursar uma entidade que seja inadequada para as necessidades do usuário);
4. **Obter:** acesso à entidade descrita (isto é, adquirir uma entidade por meio de compra, empréstimo, etc., ou ter acesso eletronicamente a uma entidade por meio de uma conexão em linha com um computador remoto). (OLIVER, 2011, p. 20, grifos nosso)

O modelo FRBR traz, de forma explícita, a preocupação de realizar os registros com foco no usuário, ampliando a visão do universo bibliográfico. Em outras palavras, tenta-se focar no que, de fato, é importante para o usuário (OLIVER, 2011). Na verdade, os FRBR dão continuidade ao breve histórico da catalogação realizado anteriormente neste trabalho, pois o usuário vem sendo um importante personagem no campo da catalogação, assim como mencionado em um dos objetivos apresentados por Cutter, ou seja, que o usuário encontre um livro, da mesma forma mencionado nas leis de Ranganathan ao destacar que o princípio básico da OI é atender ao usuário.

Além das tarefas de usuário, o MER é estruturado por entidades, atributos de cada entidade e relações existentes entre as entidades. Mey e Silveira (2009) asseveram que as entidades são os principais objetos de interesse do usuário, enquanto os atributos são as características das entidades, conhecidas como os elementos da descrição, como título, data, idioma etc. Chen (1990) afirma que as relações são definidas por uma associação criada entre uma ou mais entidades.

O modelo FRBR possui o total de dez entidades e que estão divididas em três grupos (figura 16). Enquanto o grupo um (1) consiste nos produtos de criação intelectual ou artística e o grupo dois (2) refere-se as pessoas, físicas ou jurídicas, responsáveis de alguma forma pelos produtos do primeiro grupo, o grupo três (3) representa os assuntos dos produtos intelectuais do grupo um (1) (OLIVER, 2011).

Figura 16: Entidades dos FRBR

Fonte: Mey e Silveira, 2009 p. 19.

As entidades do grupo um (1) são compostas pela obra, que seria uma criação intelectual ou artística definida, independente de suporte e de forma; pela expressão, isto é, pela realização de uma obra em qualquer que seja a forma; pela manifestação enquanto a concretização da expressão de uma obra; e pelo item, considerado como um único exemplar de uma manifestação (OLIVER, 2011). Uma expressão pode ser uma tradução ou uma interpretação de uma obra, enquanto a manifestação está relacionada ao suporte físico da expressão, sendo, a entidade a ser registrada (MEY; SILVEIRA, 2009). Ainda conforme as autoras, o livro “Emma” seria representado (figura 17) pelo grupo um (1) da seguinte forma:

Figura 17: Representação no grupo 1 dos FRBR

<p>Obra 1: Emma, de Jane Austen</p> <p>Expressão 1: tradução desta obra para o português de Ivo Barroso Manifestação 1: livro publicado pela Nova Fronteira, 1996 Item 1: exemplar existente na Biblioteca Nacional do Brasil Item 2: exemplar existente a Biblioteca Mário de Andrade</p> <p>Expressão 2: edição de Richard Cronin e Dorothy McMillan Manifestação 1: Cambridge University Press, 2005 Item 1: exemplar existente na biblioteca pública de Nova York Item 2: exemplar da Library of Congress</p>

Fonte: Mey e Siveira, 2009, p. 20.

No grupo dois (2), a entidade “pessoa” pode ser definida por um indivíduo que está relacionado a criação de uma entidade do primeiro grupo, assim como por uma entidade “coletiva” que, neste caso, se diferencia por ser uma organização ou um grupo de pessoas que age em conjunto e se identifica por um único nome (MEY; SILVEIRA, 2009). Como exemplo, o autor “Monteiro Lobato” é uma entidade “pessoa”, enquanto a “Academia Brasileira de Letras” é uma entidade “coletiva”, assim como apresentados na figura 18.

Figura 18: Representação no grupo 2 dos FRBR

<p>Monteiro Lobato Reinações de Narizinho, de Monteiro Lobato: responsável pela obra. Contos de Grimm, dos Irmãos Grimm, tradução de Monteiro Lobato: responsável pela expressão.</p> <p>Academia Brasileira de Letras Atas da Academia Brasileira de Letras: presidência de Machado de Assis (1896-1908), de Claudio Cezar Henriques, publicação da ABL: entidade coletiva como <i>assunto</i> de uma obra e responsável pela manifestação.</p>

Fonte: Mey e Siveira, 2009, p. 21-22.

Enquanto no grupo três (3) tem-se o conceito como uma ideia abstrata; objeto como algo material, seja móvel ou imóvel; evento como uma ação ou acontecimento; e lugar, que abrange qualquer tipo de característica geográfica. Todas as entidades do último grupo referem-se ao assunto da obra (MEY; SILVEIRA, 2009), exemplificados na figura 19.

Figura 19: Representação no grupo 3 dos FRBR

<p>Conceito: Ciência da informação, modernismo, nanotecnologia, produção agrícola; Objeto: Cristo redentor, Palácio da Alvorada, o navio <i>Titanic</i>; Evento: Inconfidência mineira, século XX; Acontecimento: Floresta amazônia, praia de Copacabana, Recife (PE), serra da Mantiqueira</p>
--

Fonte: Mey e Siveira, 2009.

Quanto aos atributos, correspondentes às características de cada entidade, podem significar mais de um elemento em um determinado registro bibliográfico, bem como se destinar a registros realizados por outros profissionais que não sejam bibliotecários, contendo informações não utilizadas em bibliotecas (MEY; SILVEIRA, 2009). Os atributos do grupo um (1) referem-se ao item, a manifestação, a expressão a obra em si. No caso do item, os atributos são a identificação do item, como o ISBN e o ISSN, a procedência do item, marcas/inscrições etc. O atributo manifestação representa a editora/distribuidora, a data de publicação/distribuição, a

forma/dimensões do suporte etc. Quanto a expressão, destina-se a forma de expressão, ao idioma e a extensão. No que se refere a característica obra, destina-se a forma, ao título, ao contexto etc. (OLIVER, 2011). Além dos atributos mencionados, os demais, em sua totalidade, são apresentados no RDA Toolkit, especificamente nas seções 1.2 (registro de atributos de manifestações e itens) e 2.6 (registro de atributos de obras e expressões), conforme ilustrados na figura 20.

Figura 20: Atributos no grupo 1 dos FRBR no RDA

RDA TOOLKIT RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS			RDA TOOLKIT RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS		
RDA	TOOLS	RESOURCES	RDA	TOOLS	RESOURCES
<ul style="list-style-type: none"> - Section 1: Recording Attributes of Manifestation & Item + 1: General Guidelines on Recording Attributes of Manifestations and Items - 2: Identifying Manifestations and Items <ul style="list-style-type: none"> 2.0 Purpose and Scope + 2.1 Basis for Identification of the Manifestation + 2.2 Sources of Information + 2.3 Title + 2.4 Statement of Responsibility + 2.5 Edition Statement + 2.6 Numbering of Serials + 2.7 Production Statement + 2.8 Publication Statement + 2.9 Distribution Statement + 2.10 Manufacture Statement + 2.11 Copyright Date + 2.12 Series Statement + 2.13 Mode of Issuance + 2.14 Frequency + 2.15 Identifier for Manifestation + 2.16 Preferred Citation + 2.17 Note on Manifestation + 2.18 Custodial History of Item + 2.19 Immediate Source of Acquisition of Item + 2.20 Identifier for Item 			<ul style="list-style-type: none"> - Section 2: Recording Attributes of Work & Expression + 5: General Guidelines on Recording Attributes of Works and Expressions - 6: Identifying Works and Expressions <ul style="list-style-type: none"> 6.0 Purpose and Scope + 6.1 General Guidelines on Identifying Works and Expressions + 6.2 Title of Work + 6.3 Form of Work + 6.4 Date of Work + 6.5 Place of Origin of Work + 6.6 Other Distinguishing Characteristic of Work + 6.7 History of Work + 6.8 Identifier for Work + 6.9 Content Type + 6.10 Date of Expression + 6.11 Language of Expression + 6.12 Other Distinguishing Characteristic of Expression + 6.13 Identifier for Expression + 6.14 Title of a Musical Work + 6.15 Medium of Performance + 6.16 Numeric Designation of Musical Work + 6.17 Key + 6.18 Other Distinguishing Characteristic of Expression of a Musical Work 		

Fonte: RDA Toolkit, 2018.

No caso dos atributos das entidades do grupo dois (2) estão, em sua maioria, relacionados a nomes, data de nascimento, região de atuação/publicação entre outros aspectos relacionados aos autores (OLIVER, 2011). Para a descrição

segundo o grupo dois (2), no RDA *Toolkit* são apresentados, na seção três (3) e nos capítulos nove (9), 10 e 11, as variedades de atributos designados para pessoa, família e entidade coletiva, respectivamente. Entre os atributos estão nome, gênero, afiliação, título hereditário da família, Instituição associada a obra e endereço da entidade coletiva. Os supracitados atributos estão contemplados no RDA *Toolkit*, apresentados nas seções 3.9, 3.10 e 3.11, referentes ao registro de atributos das entidades pessoa, família e entidade coletiva, respectivamente. Conforma a figura 21, no lado esquerdo apresenta-se a seção 3.9 expandida, enquanto no lado direito estão em exibição as seções 3.10 e 3.11, nessa ordem.

Figura 21: Atributos no grupo 2 dos FRBR no RDA

RDA TOOLKIT RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS		RDA TOOLKIT RESOURCE DESCRIPTION & ACCESS			
RDA	TOOLS	RESOURCES	RDA	TOOLS	RESOURCES
<ul style="list-style-type: none"> - Section 3: Recording Attributes of Agents + 8: General Guidelines on Recording Attributes of Agents - 9: Identifying Persons <ul style="list-style-type: none"> 9.0 Purpose and Scope + 9.1 General Guidelines on Identifying Persons + 9.2 Name of Person + 9.3 Date Associated with Person + 9.4 Title of Person + 9.5 Fuller Form of Name + 9.6 Other Designation Associated with Person + 9.7 Gender + 9.8 Place of Birth + 9.9 Place of Death + 9.10 Country Associated with Person + 9.11 Place of Residence, Etc. + 9.12 Address of Person + 9.13 Affiliation + 9.14 Language of Person + 9.15 Field of Activity of Person + 9.16 Profession or Occupation + 9.17 Biographical Information + 9.18 Identifier for Person + 9.19 Constructing Access Points to Represent Persons + 10: Identifying Families + 11: Identifying Corporate Bodies 			<ul style="list-style-type: none"> - Section 3: Recording Attributes of Agents + 8: General Guidelines on Recording Attributes of Agents + 9: Identifying Persons - 10: Identifying Families <ul style="list-style-type: none"> 10.0 Purpose and Scope + 10.1 General Guidelines on Identifying Families + 10.2 Name of Family + 10.3 Type of Family + 10.4 Date Associated with Family + 10.5 Place Associated with Family + 10.6 Prominent Member of Family + 10.7 Hereditary Title + 10.8 Language of Family + 10.9 Family History + 10.10 Identifier for Family + 10.11 Constructing Access Points to Represent Families - 11: Identifying Corporate Bodies <ul style="list-style-type: none"> 11.0 Purpose and Scope + 11.1 General Guidelines on Identifying Corporate Bodies + 11.2 Name of Corporate Body + 11.3 Place Associated with Corporate Body + 11.4 Date Associated with Corporate Body + 11.5 Associated Institution 		

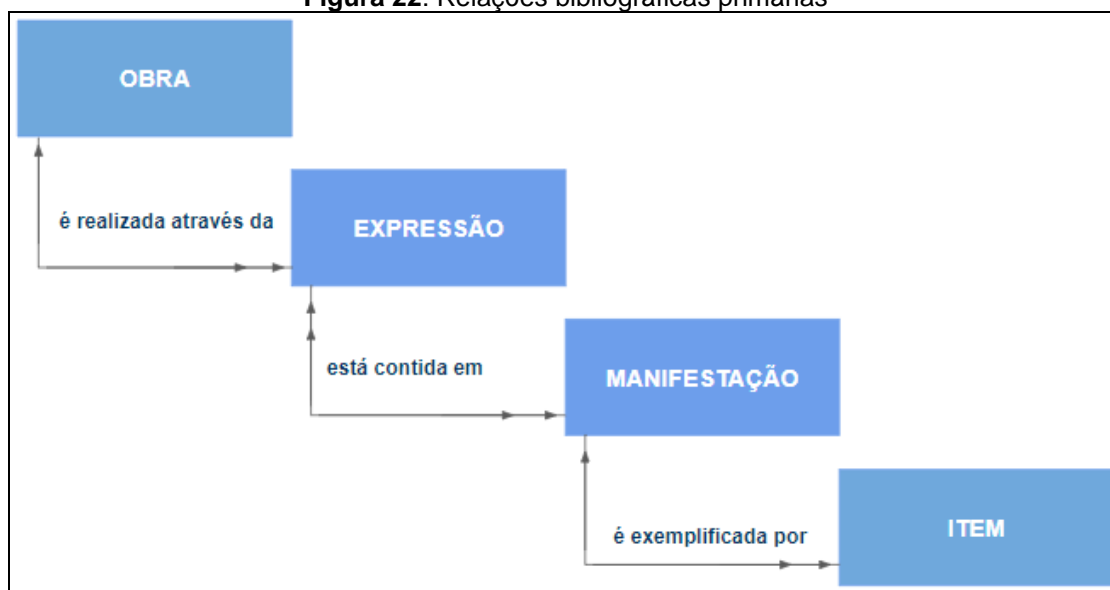
Fonte: RDA *Toolkit*, 2018.

Na sequência, o grupo três (3) resume-se nos atributos que são definidos pelos termos utilizados para cada entidade, como empregar o termo “economia” para conceito ou “barcos” para objeto (OLIVER, 2011). Em outras palavras, adotando os exemplos mencionados, em uma obra sobre “finanças” seria possível adotar o termo “economia” como um conceito contido na respectiva obra. No caso do termo “barcos”, ao considerar o material, o veículo aquático em si, poder-se-ia representá-lo quanto ao objeto.

Completando a proposta do MER, além das entidades e dos atributos, o modelo FRBR possui relacionamentos. Trata-se de uma “[...] parte fundamental [...] [que] consiste na identificação e mapeamento das relações entre as entidades” (OLIVER, 2011, p. 26). Por representarem ligações existentes entre as entidades, as relações são indispensáveis para que o usuário possa realizar suas tarefas, isto é, encontrar, identificar, selecionar e obter o que deseja em um catálogo ou uma base de dados (OLIVER, 2011).

Os diferentes tipos de ligações entre as entidades podem ser classificados como relações bibliográficas primárias, quando forem entre as entidades do grupo um (1); como relações de responsabilidade, quando ocorrem entre as entidades do grupo um (1) e dois (2); e como relações de assunto, que se dão no vínculo da entidade obra (grupo 1) com todas as demais entidades dos três grupos, pois qualquer entidade pode ser assunto para uma obra (MEY; SILVEIRA, 2009). Como exemplo de relações bibliográficas primárias, observe a figura 22.

Figura 22: Relações bibliográficas primárias



Fonte: Assumpção, 2014.

De acordo com a figura 21 é possível perceber que existem setas duplas entre entidades, pois entidades de mesmo tipo podem estar relacionadas entre si, como no caso de uma obra que pode ser realizada por variados tipos de expressão, assim como uma expressão pode ter mais de uma forma de manifestação. No entanto, a expressão refere-se apenas a uma obra, bem como um item não pode representar mais de um tipo de manifestação, por isso aplicam-se setas simples. Exemplificando, o quadro oito (8) apresenta as relações de responsabilidade ocorridas entre as entidades dos grupos um (1) e dois (2).

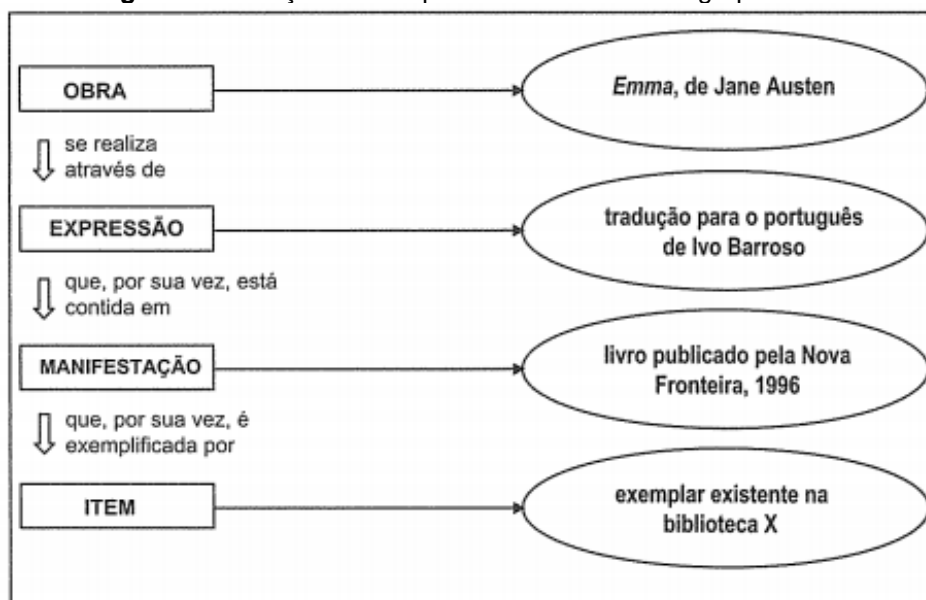
Quadro 8: Relações de responsabilidade entre os grupos 1 e 2

ENTIDADE DO GRUPO 1	RELAÇÃO	ENTIDADE DO GRUPO 2
Obra	criada por	pessoa física
Expressão	traduzida por	pessoa física
Manifestação	publicada por	pessoa jurídica
Item	propriedade de	família

Fonte: Oliver, 2011, p. 27.

Na prática, as relações apresentadas entre as entidades dos grupos um (1) e dois (2), no quadro oito (8), estão exemplificadas na figura 23 a partir da obra intitulada “Emma”, da autora “Jane Austen”.

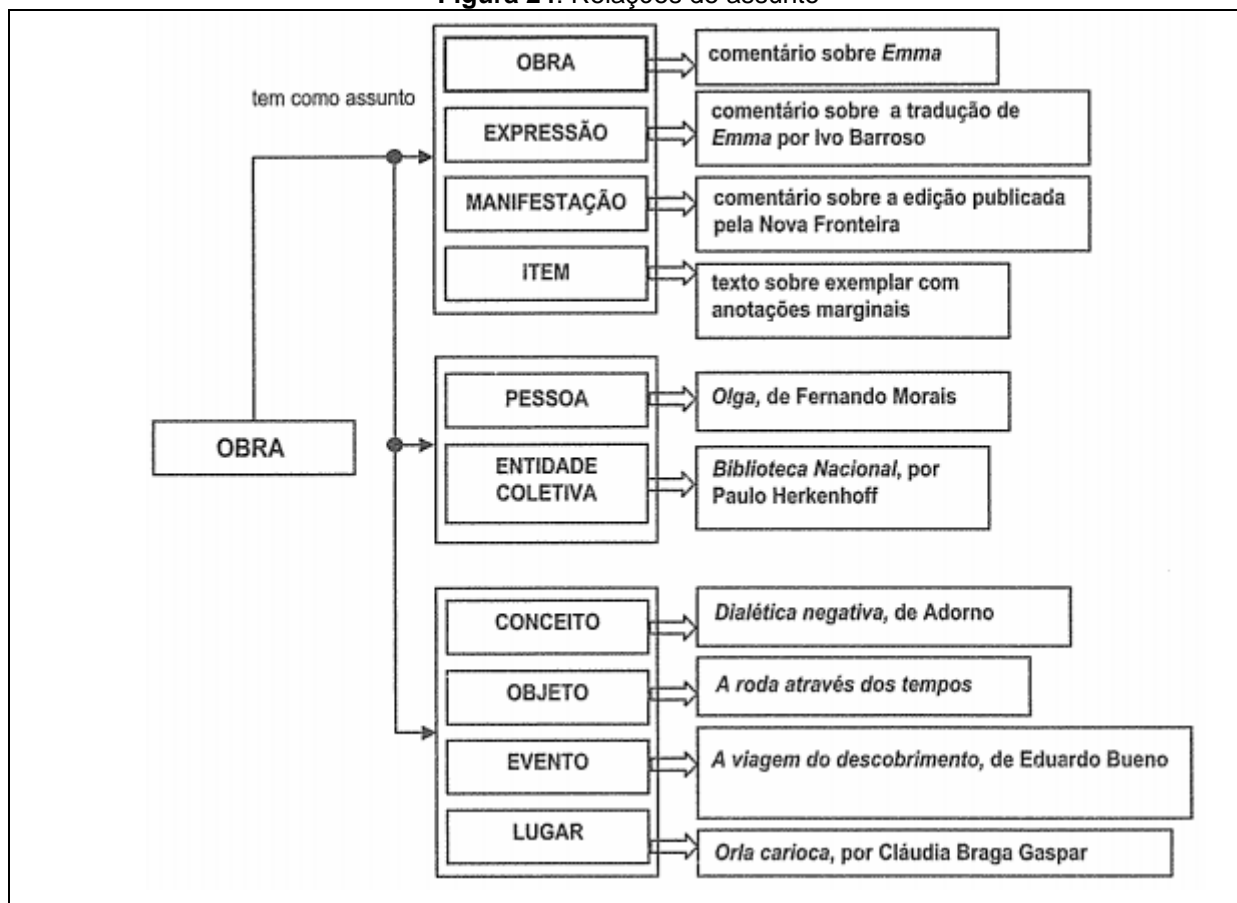
Figura 23: Relações de responsabilidade entre os grupos 1 e 2



Fonte: Mey e Silveira, 2009, p. 26.

Quanto às relações de assunto, qualquer uma das dez entidades, inclusive uma obra, pode ser assunto para outra obra, como é possível observar no exemplo apresentado na figura 24. Em outras palavras, uma obra não tem seu assunto limitado as entidades do grupo três (3), ou seja, a um conceito, a um objeto, a um evento ou a um acontecimento, bem como não há determinação temática específica de uma obra às entidades dos grupos um (1) e dois (2), pois todos os elementos podem ser tornar relações de assunto.

Figura 24: Relações de assunto



Fonte: Mey e Silveira, 2009, p. 28.

A partir das entidades, atributos e relacionamentos apresenta-se o universo bibliográfico dos FRBR, aos quais trazem uma estrutura sistemática e em linguagem conceitual comum ao usuário. Além disso, deve-se mencionar, conforme ilustrado pela figura 25, que o modelo conceitual FRBR não se opõe aos registros realizados antes de sua criação. Pelo contrário, os FRBR complementam o entendimento dos registros em formato MARC 21 ao identificarem e avaliarem a utilidade de cada dado para que as tarefas de usuário sejam executadas (OLIVER, 2011).

Além de auxiliar na compreensão dos registros bibliográficos, os FRBR também definem com mais precisão as diferenças entre conteúdo e suporte, neste caso, por meio das entidades do grupo um (1). Em outras palavras, enquanto a obra e a expressão estão ligadas ao conteúdo, a manifestação e o item estão associados ao suporte. Essa percepção de limites, entre conteúdo e suporte, ajuda ao usuário a encontrar, a identificar e a selecionar o recurso que mais for adequado a sua necessidade (OLIVER, 2011).

Figura 25: Entidades e relações FRBR no formato MARC 21

020	\$a 0521361834	identificador de manifestação
100 1	\$a Montesquieu, Charles-Louis de Secondat, \$c baron de La Brède et de, \$d 1689-1755	<p>peessoa física</p> <p>'criado por' relação com a obra</p>
240	10 \$a De l'esprit des lois. \$l English	\$a = obra \$l = expressão
245	14 \$a The spirit of the laws / \$c Montesquieu ; translated and edited by Anne M. Cohler, Basia Carolyn Miller, Harold Samuel Stone.	manifestação
260	\$a Cambridge ; \$a New York : \$b Cambridge University Press, \$c 1989	manifestação
300	\$a xvii, 757 p. : \$b ill. ; \$c 22 cm.	manifestação
500	\$a Tradução de: De l'esprit des lois.	expressão
650 0	\$a Ciência política	} conceito relação 'de assunto' com a obra
650 0	\$a Estado, O	
650 0	\$a Direito \$x Filosofia	
700 1	\$a Cohler, Anne M.	} pessoa física relação de 'realizado por' com esta expressão
700 1	\$a Miller, Basia Carolyn.	
700 1	\$a Stone, Harold Samuel, d 1949	

Fonte: Oliver, 2011, p. 35.

Contudo, pensando na catalogação propriamente dita, deve-se salientar que, em linha aos recentes impactos das tecnologias, assim como o MARC21 está para o AACR2, os FRBR estão em sintonia com o RDA.

3 METODOLOGIA

A pesquisa científica, como o presente TCC, procura responder questionamentos, apresentar soluções, refutar teorias, descrever realidades etc. Em outras palavras, uma pesquisa pode apresentar “[...] a solução para um problema [...] verdadeiras ou falsas, mas, sempre que bem elaboradas, conduzem à verificação [...], propósito da pesquisa científica” (GIL, 2008, p. 41). Para tanto, a pesquisa adota, como base para a sua realização, um conjunto de procedimentos racionais e sistemáticos que irão direcionar ações para encontrar a solução do problema (SILVA; MENEZES, 2005). A esse conjunto de procedimentos é chamado de metodologia da pesquisa, compreendido como um corpo de etapas devidamente dispostas para estudar um objeto, “[...] desde a escolha do tema, o planejamento da investigação, o desenvolvimento metodológico [...] e até a divulgação de resultados” (SILVA; MENEZES, 2005, p. 23).

O percurso metodológico do presente trabalho trata da análise de um mesmo recurso catalogado conforme os códigos AACR2 e RDA à luz de possíveis mudanças apresentadas pelo novo código em relação ao seu antecessor, na eminência de modernizar os catálogos de bibliotecas.

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

A metodologia de uma pesquisa implica no planejamento de cada etapa do trabalho científico, envolvendo métodos, técnicas de pesquisa, abordagens e instrumentos de coleta de dados, campos de pesquisa e períodos de realização. Além disso, deve-se mencionar que “uma mesma pesquisa pode estar, ao mesmo tempo, enquadrada em várias classificações, desde que obedeça aos requisitos inerentes a cada tipo” (SILVA E MENEZES, 2005, p. 23).

O presente trabalho adota como base lógica de investigação, como regras para explicar os fatos estudados, o método dedutivo, uma vez que parte da análise de um registro bibliográfico realizado pelos códigos de catalogação AACR2 e RDA. Desta forma, conforme Gil (2008), é possível partir de princípios verdadeiros e indiscutíveis e chegar a conclusões de maneira formal, valendo-se de uma construção lógica.

No que se refere a natureza do trabalho, foi desenvolvida uma pesquisa aplicada, pois regras de catalogação foram adotadas para a descrição de um recurso bibliográfico. A adoção desse tipo de pesquisa apoia-se em Gil (2008), quando defende que a técnica ocorre por uma aplicação prática do conhecimento e focada na solução de um problema específico.

Quanto aos objetivos propostos, a pesquisa se baseia na técnica comparativa, pois realiza-se segundo “[...] fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles” (GIL, 2008, p. 16), neste caso, entre o AACR2 e o seu código sucessor, o RDA.

Sobre os procedimentos técnicos adotados, a pesquisa é caracterizada como bibliográfica, compreendida por Boccato (2006) como uma ação que consiste em fundamentar a resolução de um problema com base em referenciais teóricos já publicados, trazendo subsídios sobre o que foi pesquisado sobre o tema. Para Silva e Menezes (2005, p. 20) como a pesquisa qualitativa não implica em métodos estatísticos para o levantamento de dados, sendo o próprio pesquisador o instrumento de coleta, esse tipo de abordagem de coleta de dados foi o adotado no presente TCC, partindo-se do pressuposto de que “o processo e seu significado são os focos principais de abordagem” (SILVA E MENEZES, 2005, p. 20).

3.2 PONTOS DE COMPARAÇÃO

Com o intuito de comparar os dois códigos, o AACR2 e o RDA, quanto a aproximações, distanciamentos e evoluções entre ambos, optou-se por descrever o *e-book* “O Crime do Padre Amaro” que, além do interesse pessoal na obra, enquanto um clássico da literatura, a escolha justifica-se pela originalidade da obra ser de 1875, em meio físico, que transcendeu ao mundo digital, se adequando aos hábitos de leitura e suportes de informação do século XXI.

Para tanto, a catalogação do recurso bibliográfico se dará em primeiro nível do AACR2, pois é a forma mais adotada pelas bibliotecas, entre escolares e universitárias, públicas e privadas, inclusive é o modelo usual da biblioteca central (BCE)⁵⁸ da Universidade de Brasília (UnB). Neste caso, os campos adotados para a comparação foram os seguintes (quadro 9):

⁵⁸ Site: <https://www.bce.unb.br/>.

Quadro 9: Campos adotados

AACR2		RDA
Áreas	Campos	Elementos
1	Título principal Primeira indicação de responsabilidade	Título preferido Primeira indicação de responsabilidade
2	Indicação de edição	Indicação de edição
3	Detalhes específicos do material	Tipo de conteúdo Tipo de mídia Tipo de suporte
4	Primeiro editor Data de publicação	Primeiro editor Data de publicação
5	Extensão do item	Extensão
7	Notas	Conteúdo suplementar
8	Número normalizado	Identificador da manifestação

Fonte: Da pesquisa, 2018.

3.3 ETAPAS DA PESQUISA

Diante das características metodológicas de pesquisa apresentadas, a realização dos objetivos propostos ocorreu de acordo com as seguintes etapas:

1. **Identificação do(s) problema(s):** interesse em analisar a catalogação entre códigos, especialmente sobre possíveis evoluções identificadas no RDA em relação ao AACR2 na descrição de um recurso bibliográfico;
2. **Levantamento bibliográfico:** pesquisas em livros, artigos de periódicos científicos, monografias, teses e dissertações, realizadas no acervo da BCE e na biblioteca digital de monografias (BDM)⁵⁹, ambos da UnB, além da biblioteca digital brasileira de teses e dissertações (BDTD)⁶⁰, do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT)⁶¹, e no *Google Acadêmico*⁶² e outros *websites* das áreas da Biblioteconomia e CI;
3. **Escolha do nível da catalogação:** primeiro nível, bem como dos seus correspondentes campos, para descrever o recurso bibliográfico;
4. **Seleção do recuso bibliográfico:** *e-book* de título “O Crime do Padre Amaro”;
5. **Catalogações (ação):** descrições do *e-book* pelos dois códigos;
6. **Apresentação e análise comparativa das catalogações:** busca por aproximações, distanciamentos e evoluções.

⁵⁹ Site: <http://bdm.unb.br/>.

⁶⁰ Site: <http://bdttd.ibict.br/>.

⁶¹ Site: <http://www.ibict.br/>.

⁶² Site: <https://scholar.google.com.br/>.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

Os resultados da pesquisa representam a comparação entre o AACR2 e o RDA, permitindo a análise da catalogação de uma obra, por cada código, e assim pontuar aproximações e distanciamentos entre ambos, bem como mudanças presentes no RDA em relação ao AACR2, que por sua vez vislumbram um cenário de modernidade aos catálogos de bibliotecas. Para tanto, os resultados são apresentados em duas partes, sendo a primeira referente a informações identificadas na literatura sobre a comparação entre os códigos estudados, enquanto a segunda apresenta as descrições bibliográficas do *e-book* propriamente dita, bem como as devidas pontuações dessas catalogações.

4.1 COM BASE NA LITERATURA

O RDA foi desenvolvido como forma de revisar as regras do AACR2, adaptando-as aos FRBR e assim voltarem ao ambiente digital. Contudo, como o RDA foi baseado no AACR2, existe similitudes entre ambos. Portanto, eles se aproximam no sentido de criação do novo código em relação ao seu antecessor. Referendando, Oliver (2011) enfatiza a importância de preservar a compatibilidade com os registros do AACR2, inclusive em linha com o formato MARC21, para que o novo código possa agir como ponte entre ambientes de outrora e os do futuro, respeitando o ritmo de cada biblioteca em sua marcha para a modernidade. Ainda segundo autor, os vínculos existentes entre os dois códigos destacam-se em:

- As AACR2 e a RDA compartilham a mesma estrutura de governança;
- A RDA foi construída, intencionalmente, sobre os alicerces das AACR;
- Muitas instruções RDA derivam das AACR2;
- Registros catalográficos criados segundo as diretrizes RDA serão compatíveis com os registros AACR;
- A RDA nasceu de uma tentativa inicial de fazer uma revisão radical das AACR. (OLIVER, 2011, p. 45)

Tendo em vista o êxito obtido pelo AACR2 e sua ampla adoção em diversos países, traduzida em 25 línguas, a adoção de um novo código deveria seguir a internacionalidade e preservar os pontos fortes do programa anterior (OLIVER, 2011). Prova disso é a base de ambos estar fundamentada nos Princípios de Catalogação, entretanto, apesar deste sentido de aproximação, especialmente pelos

subsídios de um manual para o outro, podem ser apontadas algumas diferenças. De forma ampla, o mais significativo distanciamento entre os códigos está nos princípios que baseiam o RDA. Enquanto o AACR2 teve a sua essência nos Princípios de Catalogação de 1961, o RDA fundamenta-se nos Princípios atualizados e publicados em 2009. Conforme Oliver (2011), fundamentado nos Princípios atualizados, a grande diferença do novo código em relação ao AACR2 está no seu objetivo central, ou seja, que tem o foco no usuário. Esse objetivo foge do aspecto teórico do AACR2, ou seja, centrado no suporte. No RDA, o seu foco está apresentado em cada seção do código, específico as tarefas de usuários e a cada tipo de dado. Complementando, Cotoner Cerdó (2017) exemplifica como o objetivo de atender às tarefas do usuário estão traduzidas no RDA, tanto nos elementos de descrição, quanto nos pontos de acesso, a saber:

- **Seção 1:**
 - Capítulo 2: ajudar a identificar manifestações e exemplares;
 - Capítulo 3: ajudar a selecionar uma manifestação;
 - Capítulo 4: ajudar a obter um exemplar.
- **Seção 2:**
 - Capítulo 6: ajudar a identificar obras e expressões;
 - Capítulo 7: ajudar a selecionar uma expressão.
- **Seções 3-4:** dirigidas a tarefa de usuário de identificar;
- **Seções 5-10:** dirigidas a tarefa de usuário de encontrar. (COTONER CERDÓ, 2017, p.41, tradução nossa)

Outro ponto que pode ser mencionado como divergente é a terminologia adotada por cada código, pois ela é apresentada com fins de adaptar-se aos princípios vigentes e ao modelo conceitual adotado, como na construção de catálogos eletrônicos. Como exemplo, o quadro 10 apresenta itens de descrição e suas correspondentes terminologias por código.

Quadro 10: Terminologias entre AACR2 e RDA

AACR2	RDA
Áreas	Elementos
Autor, compositor etc.	Criador
Autor secundário	Contribuidor
Cabeçalho	Ponto de acesso
Controle de autoridade	Controle de ponto de acesso
Descrição física	Descrição de suporte
Documento	Recurso
Entrada principal	Ponto de acesso + criador
Entradas secundárias	Pontos de acesso
Fonte principal	Fonte preferida
Título uniforme	Título preferido

Fonte: Cotoner Cerdó, 2017; Tillet, 2007.

Além da terminologia diferenciada, um princípio que orienta toda a descrição de recursos do RDA é o princípio da representação, que consiste em transcrever a informação tal como ela aparece na fonte consultada, a fim de ser possivelmente mais autêntica ao recurso. Apesar do AACR2 apresentar a mesma característica, o RDA difere-se no fato de, havendo alguma incorreção, pode-se registrar uma nota de correção, caso seja relevante (COTONER CERDÓ, 2017). Além disso, as abreviações não se fazem mais necessárias no RDA, uma vez que o código foi criado no ambiente digital e não apresenta mais limitações espaciais para realizar os registros, salvo quando a abreviação aparecer no próprio recurso (OLIVER, 2011).

Outro distanciamento identificado refere-se à descrição de recursos nos códigos, observadas nas seguintes áreas do AACR2 em relação ao RDA: um (1), do título e da indicação de responsabilidade; quatro (4), de publicação, distribuição etc.; e sete (7), de notas. A alteração ocorrida na primeira área do AACR2 está na eliminação da regra de três no RDA. Ou seja, conforme Mey e Silveira (2009), essa regra determina que, em caso de coautoria de uma obra, é possível registrar todos os nomes desde que sejam até três participantes. Porém, havendo mais de três personagens, é necessário que se registre apenas o primeiro e os demais sejam representados pela expressão latina *et al.* (outros), aplicando-se a mesma regra para demais responsabilidades, como tradutores, ilustradores, coordenadores etc. Por sua vez, Cotoner Cerdó (2017) afirma que no RDA, o catalogador pode registrar tantos criadores quanto achar necessário/relevante, independentemente da quantidade, pois não há a necessidade de economizar espaço de caractere, uma vez que o código não se aplica a registros em fichas catalográficas. Em consonância, o formato MARC21 também permite registrar todos os autores, sendo que o primeiro criador seria registrado no campo 100 e os demais no campo 700.

Ainda na primeira área do AACR2, identifica-se o DGM, responsável em descrever o tipo de material do recurso descrito. No entanto, segundo Teixeira (2013), esse elemento está desmembrado no RDA, dando lugar a novos elementos. São eles: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte. Oliver (2011) ainda afirma que esse desmembramento facilita que o usuário descubra novos recursos e delimite suas buscas, proporcionando também uma variada combinação de dados ao abranger diferentes tipos de recursos.

Quanto a descrição física de recursos, área quatro (4) do AACR2, segundo Cotoner Cerdó (2017), a menção de publicação também é um ponto de divergência, uma vez que o RDA introduz diferentes contribuidores que possam interferir na publicação de um recurso (COTONER CERDÓ, 2017). Entre os novos contribuidores que se diferem dos apresentados no AACR2 estão relacionados a propriedade, a custódia, a curadoria e a restauração, por exemplo.

Sobre o terceiro ponto referente a descrição de recursos nos códigos, Cotoner Cerdó (2017) destaca que o elemento notas, presente no AACR2, foi excluído do RDA. A alteração objetiva descrever melhor os conteúdos do recurso e registrar relações entre entidades. Dessa forma, não há mais o campo geral para notas, correspondente a área sete (7) do AACR2, mas elementos como conteúdo suplementar (7.16), manifestação relacionada (27.1) entre outros.

O acesso aos dados do recurso é mais um ponto de distanciamento entre os códigos. Para Cotoner Cerdó (2017), enquanto no AACR2, o acesso aos dados ocorre por meio de pontos de acesso, de cabeçalhos ou de referências, no RDA, o acesso ocorre via relações e atributos das entidades FRBR e FRAD. Assumpção (2012) exemplifica alguns atributos que dão acesso aos registros: “Wilde, Oscar” como atributo de pessoa; “Allende” como atributo de família; “Sociedade Portuguesa de Ciências da Educação” como atributo de entidade coletiva; e “Programas de Imunização” como atributo de conceito. Oliver (2011) também contribui ao afirmar que o RDA não impõe limites a quantidade de pontos de acesso.

Diante das mudanças apresentadas entre os códigos, Oliver (2011) afirma que o RDA atribui significativa importância ao registro de todos os tipos de relações existentes entre as entidades FRBR, além da identificação precisa dessas relações, entre obra, expressão, manifestação e item. Diante desta precisão, contribui-se diretamente no descobrimento de recursos pelo usuário.

4.2 COM BASE NAS DESCRIÇÕES

Quadro 11: Comparativo entre as descrições do *e-book*

AACR2	RDA	Comentários
Campo: Título principal (9.1B): Dado: O crime do padre Amaro	Elemento: Título preferido (2.3.2): Dado: O crime do padre Amaro	Não há divergências no registro do título.

<p>Campo: Indicação de responsabilidade (9.1F):</p> <p>Dado: Eça de Queirós</p>	<p>Elemento: Indicação de responsabilidade relativa ao título (2.4.2):</p> <p>Dado: Eça de Queirós, autor</p>	<p>Na descrição do RDA é adicionada a relação de atuação entre a pessoa (autor) e a obra.</p>
<p>Campo: DGM (9.1C):</p> <p>Dado: [recurso eletrônico]</p>	<p>Elemento: Tipo de conteúdo (6.9):</p> <p>Dado: Texto</p> <p>Elemento: Tipo de mídia (3.2):</p> <p>Dado: Computador</p> <p>Elemento: Tipo de suporte (3.3):</p> <p>Dado: Recurso <i>online</i></p>	<p>O DGM do AACR2 apenas informa o tipo de suporte do recurso.</p> <p>No RDA são descritos os tipos de conteúdo, de mídia e de suporte.</p>
<p>Campo: Tipo e extensão do recurso (9.3B):</p> <p>Dado: Dados eletrônicos (1 arquivo : 1832 KB)</p>	<p>Elemento: Características de arquivo digital (3.19):</p> <p>Dado: Arquivo de texto</p> <p>Elemento: Tamanho do arquivo (3.19.4):</p> <p>Dado: 1832 KB</p>	<p>No AACR2, a área de características físicas só é utilizada para alguns tipos de recursos, como é o caso de recursos eletrônicos. Ou seja, são descritos o tipo e a extensão do recurso.</p> <p>Ao descrever uma manifestação ou item no RDA é possível encontrar no capítulo três (3), formas de descrever diferentes tipos de suportes, incluindo arquivos digitais, como de áudio, de imagens e até mesmo de texto.</p>
<p>Campo: Edição (9.2B):</p> <p>Dado: 1. ed.</p>	<p>Elemento: Edição (2.5.2):</p> <p>Dado: 1ª edição digital</p>	<p>No RDA, a edição é representada da mesma forma como é apresentada no recurso, não sendo necessárias abreviações.</p>
<p>Campo: Indicação do local de publicação e distribuição (9.4C):</p> <p>Dado: [s.l.]</p> <p>Campo: Nome do editor, distribuidor (9.4D):</p> <p>Dado: Ciranda Cultural</p> <p>Campo: Data de publicação, distribuição (9.4F):</p> <p>Dado: 2017</p>	<p>Elemento: Lugar de publicação (2.8.2):</p> <p>Dado: [lugar de publicação não identificado]</p> <p>Elemento: Nome do publicador (2.8.4):</p> <p>Dado: Ciranda Cultural</p> <p>Elemento: Data de publicação (2.8.6):</p> <p>Dado: 2017</p>	<p>A comparação entre os itens 9.4C, do AACR2, e o 2.8.2, do RDA, demonstram a mudança no uso das abreviaturas pelo novo código, ou seja, a não utilização de abreviações e de termos em latim. Nos demais elementos, não existem divergências.</p>
<p>Campo: Descrição física (9.5)</p> <p>Dado: não se aplica a esse campo</p>	<p>Elemento: Extensão (3.4):</p> <p>Dado: 1 recurso <i>online</i> (483 páginas)</p>	<p>Na regra 9.5 do AACR2 não há correspondência para a descrição física de recursos com acesso remoto. Por isso, é indicado registrar em notas.</p>

		No RDA é possível descrever o suporte, tanto como um recurso <i>online</i> , quanto registrar a sua quantidade de páginas/folhas.
<p>Campo: Notas (9.7B):</p> <p>Dado: Disponível em meio eletrônico. ASIN⁶³ B071JC836Z. Atualizado e revisado conforme o novo acordo ortográfico.</p>	<p>Elemento: Conteúdo suplementar (7.16):</p> <p>Dado: Atualizado e revisado conforme o novo acordo ortográfico</p>	<p>No campo notas é possível apresentar informações sobre os registros não contemplados no AACR2, além de notas de conteúdo.</p> <p>No RDA, apesar de não existir o mesmo campo do AACR2, é possível registrar informações sobre o conteúdo do recurso no elemento 7.16.</p>
<p>Campo: Número normalizado (9.8B)</p> <p>Dado: não apresenta.</p>	<p>Elemento: Identificador de manifestação (2.15):</p> <p>Dado: ASIN B071JC836Z</p>	<p>A regra do AACR2 indica registrar em nota qualquer indicação normativa atribuída ao recurso que não seja o ISBN ou o ISSN.</p> <p>No RDA é permitido registrar, nesse campo, outros identificadores, mesmo que atribuídos por editores ou sistemas internos.</p>

Fonte: Da pesquisa, 2018.

⁶³ Amazon Standard Identification Number: número identificador de e-books da Amazon. Versão brasileira do site da Amazon: <https://www.amazon.com.br/>.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A RDI tem importante papel no processamento técnico de uma unidade de informação, pois afeta diretamente nos processos de recuperação da informação, o que a leva a necessidade de estar constantemente se adequando aos adventos tecnológicos e perfis de usuários. Neste sentido, este TCC desenvolveu uma análise comparativa entre os códigos AACR2 e RDA para verificar aproximações, distanciamentos e evoluções na catalogação de recursos apontadas na literatura, assim como nas descrições bibliográficas de um *e-book* específico.

Para que a presente investigação levantasse pontos a serem comparados entre os códigos, fez-se necessário compreender a origem de ambos e os princípios que os fundamentaram. Este foi o ponto de partida para compreender que o desenvolvimento do AACR2 teve como anseio a padronização internacional na elaboração de catálogos, a partir de uma série de contribuições de estudiosos da área da catalogação, registrados nos Princípios de Catalogação de 1961.

O AACR2, elaborado pela ALA e pela SLA, ao se apresentar como um manual técnico para a descrição da informação padronizada, teve grande aceitação no meio bibliotecário, sendo utilizado até os dias de hoje e com ampla receptividade internacional. Além disso, outro fator que contribuiu para que o AACR2 perdurasse está no ajuste da catalogação tradicional (fichas) às tecnologias por meio do formato MARC, facilitando o intercâmbio de registros bibliográficos entre bibliotecas.

No entanto, em sintonia as mudanças propiciadas pelos adventos tecnológicos, percebeu-se a necessidade de readequar a catalogação às atuais demandas de informação e ao perfil dos novos usuários, ou seja, não se limitando a reproduzir fichas catalográficas em formato digital. Essa assimetria às novas exigências estimulou a revisão dos Princípios de Catalogação e o desenvolvimento do modelo conceitual dos FRBR, que por sua vez tem o objetivo de ajustar os dados bibliográficos às necessidades dos usuários e recomendar um nível básico de funcionalidade aos registros.

Surge o novo código de catalogação, o RDA, a partir da revisão do AACR2, com fins de criar um código harmonizado aos novos Princípios e aos FRBR. O RDA é gerado com foco no ambiente digital, especialmente em ser flexível aos diferentes tipos de conteúdo que um recurso pode ter, sua independência aos formatos e estar em conformidade às tarefas de usuário no uso do catálogo.

De acordo com a literatura, a aproximação entre o AACR2 e o RDA se dá pela criação do novo código, ou seja, o antigo adotado como base para o desenvolvimento do sucessor, permitindo compatibilidade entre ambos, inclusive em relação ao RDA e o MARC21. Por outro lado, o distanciamento deflagra-se pela edição do Princípio de Catalogação adotado por cada um para o desenvolvimento próprio, pois respondem a espaços temporais distintos. Outro ponto que os distanciam refere-se a terminologia e abreviações. Um terceiro ponto destina-se a descrição de recursos, especificamente quanto ao título e a indicação de responsabilidade, publicação/distribuição e notas. Ainda sobre a área de título e indicação de responsabilidade do AACR2, há uma divergência em relação ao RDA devido ao desmembramento do DGM (AACR2), dando lugar aos três elementos: tipo de conteúdo, tipo de mídia e tipo de suporte. Ainda diante da descrição do recurso é possível observar o maior detalhamento que o RDA dá ao registro, compreendendo campos compatíveis à descrição de recursos originalmente digitais. O quarto ponto distinto refere-se ao acesso dos dados ofertados pelos códigos.

Aproximações e distanciamentos são vistos na prática ao longo da descrição do *e-book* pelos dois códigos. Apesar da similaridade entre vários elementos, a extinção do campo DGM, do AACR2, em tipos de conteúdo, mídia e suporte, mostra a variedade de olhares que um recurso eletrônico pode ter no RDA. Nos elementos de edição e lugar de publicação presentes no RDA, percebe-se a não utilização de abreviações nos dados como adotadas no AACR2, seguindo o princípio da representação e o uso comum da língua. Outra questão refere-se ao registro de mais detalhes sobre a descrição física da obra e registro do número normalizado no AACR2, necessitando utilizar o campo de notas para registrar os respectivos dados, enquanto que no RDA existem campos específicos, respectivamente, como “conteúdo suplementar” e “identificador de manifestação”, inclusive não se limitando ao ISBN e ao ISSN.

Ajustado aos FRBR, o foco no usuário e a flexibilidade do RDA na descrição de recursos são os principais pontos de evolução observados em relação ao AACR2. Oriundos do modelo FRBR, o RDA adota os conceitos de entidades, atributos e relações para o registro de informações, o que oferece uma ampliação na recuperação de informação pelos usuários. Além disso, a flexibilidade do código refere-se aos diferentes recursos, formatos e ambientes, sejam analógicos ou digitais, tradicionais ou atuais, e até mesmo futuros, criando um cenário de aceitação

à modernização de catálogos, assumindo, por exemplo, novos recursos bibliográficos ao ambiente da biblioteca conforme surjam.

Diante de um breve percurso comparativo entre o AACR2 e o RDA, envolto de flexibilização aos novos hábitos de informação, na realização da RDI, conclui-se que as mais significativas mudanças entre os códigos estão nas áreas de descrição física, de publicação e de notas do recurso, pois é possível observar o maior detalhamento que o RDA dá ao registro, além das combinações entre os campos de tipos de conteúdo, mídia e suporte, permitindo descrever da melhor forma possível o recurso e, conseqüentemente, facilitar o usuário no momento de descobrir e selecionar novos recursos.

Distante de esgotar a temática apresentada, acredita-se que o presente trabalho contribua na realização de outras pesquisas na área, como a presença dos modelos conceituais FRAD e FRSAD no RDA, a aplicação do RDA em diferentes formatos e formas de apresentação de dados nos catálogos. Além disso, estudos desta linha incentivam ao debate de uma nova catalogação, de uma adequação necessária aos bibliotecários frente aos adventos tecnológicos, que por sua vez alteram na forma como as informações são apresentadas e disponibilizadas em consideração aos perfis de usuários da contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

ANGELOZZI, S. M.; MARTÍN, S. G. **Metadatos para la descripción de recursos electrónicos en línea: análisis y comparación**. Buenos Aires: Alfagrama, 2010.

ALVES, M. D. R.; SOUZA, M. I. F. Estudo de correspondência de elementos de metadados: Dublin Core e MARC21. **Revista Digital de Biblioteconomia e Ciência da Informação**, Campinas, v.4, n.2, p.20-38, jan./jun. 2007.

ANZOLIN, H. H. Atualizações em AACR2. In: ENCONTRO NACIONAL DOS USUÁRIOS DA REDE PERGAMUM, 9, 2007, Curitiba. **Anais...** Curitiba: PUCPR, 2007. Disponível em: <http://cobip.pgr.mpf.mp.br/sistema-pergamum/ix-encontro-nacional/20_04_2007/Curso%20AACR2.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

ASSUMPÇÃO, F. S. **Introdução ao FRBR e ao RDA**. 2011. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/fsassumpcao/minicurso-introduo-ao-frbr-e-ao-rda-snbu-2014-belo-horizonte>>.

_____. **Pontos de acesso**: controlados, não controlados, autorizados e formas variantes. 2012. Disponível em: <<http://fabricioassumpcao.com/2012/01/pontos-de-acesso-controlados-nao.html>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____; SANTOS, P. L. V. A. C. Representação no domínio bibliográfico: um olhar sobre os Formatos MARC 21. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 20, n. 1, p. 54-74, 2015.

_____; _____. Resource Description and Access (RDA): objetivos, características e desenvolvimento do novo padrão para a descrição de recursos e acesso. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UNESP, 21, 2009, São José do Rio Preto. **Anais...** São Paulo: CGB/PROPe UNESP, 2009.

BARBOSA, A. P. **Novos rumos da catalogação**. Rio de Janeiro: Brasilart, 1978.

BRUNA, D, ALVES, E. Catalogação: análise e parâmetros gerais da representação da informação. In: Encontro Regional de Biblioteconomia, Documentação, Ciência da Informação e Gestão da Informação, 14, 2011, São Luís. **Anais...** São Luís: UFMA, 2011. Disponível em: <<http://rabci.org/rabci/sites/default/files/Cataloga%C3%A7%C3%A3o%20an%C3%A1lise%20e%20par%C3%A2metros%20gerais%20da%20representa%C3%A7%C3%A3o%20da%20informa%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

CAMPELLO, B. S. **Introdução ao controle bibliográfico**. 2. ed. Brasília: Briquet de Lemos, 2006.

CASTRO, F. F. **Elementos de interoperabilidade na catalogação descritiva: configurações contemporâneas para a modelagem de ambientes informacionais digitais**. Marília, 2012. 202 f. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Faculdade de Filosofia e Ciências – Universidade Estadual Paulista, 2012.

CAVALCANTI, C. R. **Catalogação simplificada**. Brasília: Ed. Universidade de Brasília, 1970.

CHEN, P. **Modelagem de dados: a abordagem entidade-relacionamento para projeto lógico**. Tradução de Cecília Camargo Bartalotti. São Paulo: Mcgraw Hill, 1990.

COTONER CERDÓ, A. **Introducción a las RDA**. Universitat de les Illes Balears, 2017. (Catalogación con RDA, modulo 1)

CUNHA, M. B.; CAVALCANTI, C. R. **Dicionário de biblioteconomia e arquivologia**. Brasília: Briquet De Lemos, 2008.

ESTANTE VIRTUAL. Sorte e arte. 2018. Disponível em: <<https://www.estantevirtual.com.br/livros/jose-roberto-de-alencar/sorte-e-arte/2194919212>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

FURRIE, B. **Understanding MARC bibliographic: machine-readable cataloging**. 7th. ed. rev. Washington, D. C.: Library of Congress; Follet Software, 2003. Disponível em: <<http://www.loc.gov/marc/umb/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

FUSCO, E. **Aplicação dos FRBR na modelagem de catálogos bibliográficos digitais**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011. Disponível em: <http://bibliotecadigital.puc-campinas.edu.br/services/e-books/Aplicacao_dos_FRBR_na_modelagem_de_catalogos_bibliograficos_digitais.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2018.

GALVÃO, M. C. B. Construção de conceitos no campo da ciência da informação. **Ciência da Informação**, [S.l.], v. 27, n. 1, abr. 1998. ISSN 1518-8353. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/818>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

HERNÁNDEZ MAILLO, L. **Normativa RDA**. Universitat de les Illes Balears, 2017. (Catalogación con RDA, modulo 3)

INTERNATIONAL FEDERATION OF LIBRARY ASSOCIATIONS AND INSTITUTIONS. **Declaração de princípios internacionais de catalogação**. Trad. de Lídia Alvarenga e Márcia Milton Vianna. 2009. Disponível em: <http://www.ifla.org/files/cataloguing/icp/icp_2009-pt.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. **First IFLA meeting of experts on an International Cataloging Code**. 2003. Disponível em: <<https://www.ifla.org/node/10395>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

INSTITUTO BRASILEIRO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Histórico da Catalogação. 2012. Disponível em: <<http://www.ibict.br/informacao-para-ciencia-tecnologia-e-inovacao%20/rede-bibliodata>>. Acesso em: 28 mar. 2018

JOINT STEERING COMMITTEE FOR REVISION OF AACR; FEDERAÇÃO BRASILEIRA DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS, CIENTISTAS DA INFORMAÇÃO E INSTITUIÇÕES. **Código de Catalogação Anglo-Americano**. 2. ed. São Paulo: FEBAB, 2004.

KENT, A.; LANCOUR, H.; DAILY, J. E. (Ed.). **Encyclopedia of Library and Information Science**. New York: Marcel Dekker, Inc., 1974. v. 11.

MAIMONE, G. D.; SILVEIRA, N. C.; TÁLAMO, M. F. G. M. Reflexões acerca das relações entre representação temática e descritiva. **Informação & Sociedade: Estudos**, João Pessoa, v.21, n.1, p. 27-35, jan./abr. 2011. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/7367/5596>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MARANHÃO, A. M. N.; MENDONÇA, M. L. S. **MARC 21**: formato bibliográfico. Rio de Janeiro: PUC-Rio, 2010. Disponível em: <<http://www.dbd.puc-rio.br/MARC21/>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

MEY, E. S. A. **Introdução à catalogação**. Brasília: Briquet de Lemos/Livros, 1995.

_____; SILVEIRA, N. C. **Catalogação no plural**. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2009.

MILSTEAD, J.; FELDMAN, S. Metadata: cataloging by any other name... **Online:** the leading magazine for information professionals, v. 23, n. 1, jan. 1999. Disponível em: <<https://pdfs.semanticscholar.org/bc7e/38fb1e6b8375df020d28a88331644cab2681.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

MORENO, F. P. **Em busca dos objetivos bibliográficos:** um estudo sobre catálogos. 2011. 162 f., il. 2011. Tese de Doutorado. Tese (Doutorado em Ciência da Informação) – Universidade de Brasília, Brasília.

NOVELLINO, M. S. F. Instrumentos e metodologias de representação da informação. **Informação & Informação**, [S.l.], v. 1, n. 2, p. 37-45, dez. 1996. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/1603/1358>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

OLIVER, C. **Introdução à RDA:** um guia básico. Brasília, DF: Briquet de Lemos/Livros, 2011.

PACIEVITCH, T. **Tecnologia da Informação e Comunicação.** 2014. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/informatica/tecnologia-da-informacao-e-comunicacao/>>. Acesso em: 18 set. 2017.

PONTE, J. P. (2002). As TIC no início da escolaridade: Perspectivas para a formação inicial de professores. In: PONTE, J. P. (Org.). **A formação para a integração das TIC na educação pré-escolar e no 1º ciclo do ensino básico** (Cadernos de Formação de Professores, n. 4, p. 19-26). Porto: Porto Editora. Disponível em: <[http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4202/1/02-Ponte%20\(TIC-INAFOF\).pdf](http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4202/1/02-Ponte%20(TIC-INAFOF).pdf)>. Acesso em:

RANGANATHAN, S. R. **As cinco leis da Biblioteconomia.** Brasília: Briquet de Lemos Livros, 2009.

RIBEIRO, A. M. C. M. **Catálogo de recursos bibliográficos:** AACR2 em MARC21. 3. ed., rev. e ampl. Brasília, 2006.

RODRIGUES, A. M. M.; PRUDÊNCIO, R. B. C. Automação: a inserção da biblioteca na tecnologia da informação. **Biblionline**, v. 5, n. 1/2, p. 0-0, 2009. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/download/3944/3109>>. Acesso em: 22 Jul 2018.

SANTA ANNA, J.; PEREIRA, G.; CAMPOS, S. O. Sociedade da informação x biblioteconomia: em busca do moderno profissional da informação (MIP). **RBBB. Revista Brasileira de Biblioteconomia e Documentação**, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 68-85, jul. 2014. Disponível em: <<https://rbbd.febab.org.br/rbbd/article/view/293>>. Acesso em: 09 jul. 2018.

SANTOS, M. N.; ORTEGA, C. D. Catalogação à Lubetzky: para além dos fatores econômicos e tecnológicos. **Ponto de acesso**, Salvador, v. 7, n. 3, p.93-113, dez. 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaici/article/view/8464/6938>>. Acesso em:

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. 22.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, E. L.; MENEZES, E. M. **Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação**. 4. ed. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

SOUZA, T. B. **O ensino de representação descritiva nos cursos da área de ciência da informação no Brasil e em Portugal**: estudo comparativo. 2009. 376 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2009.

TARAPANOFF, K. O profissional da informação e a sociedade do conhecimento: desafios e oportunidades. **Transinformação**, Campinas, v. 11, n. 1, p. 27-38, jan./abr. 1999.

TEIXEIRA, M. V. **RDA como novo código de catalogação**. 2013. Disponível em: <<https://www.slideshare.net/12454545/rda-ufmg-oficial?ref=http://processotecnicoucs.wordpress.com/>>. Acesso em: 22 jul. 2018.

TILLET, B. **O que é FRBR?** Um modelo conceitual para o universo bibliográfico. Tradução de Lídia Alvarenga e Renato Rocha Souza. 2003. Disponível em: <<http://www.loc.gov/catdir/cpsol/o-que-e-frbr.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.

_____. **RDA: Resource Description and Access: the development of a new international cataloging code**. 2007. Disponível em: <<http://www.rda-jsc.org/archivedsite/docs/btmodena-20071213.pdf>>. Acesso em: 23 jul. 2018.